



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ

PEDRO HENRIQUE GIROTTO RIBEIRO

**PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO
TRABALHADOR RURAL: IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS PARA OS MORADORES DA VILA RURAL
IVAINÓPOLIS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ\PR.**

Ivaiporã
2015

PEDRO HENRIQUE GIROTTO RIBEIRO

**PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO
TRABALHADOR RURAL: IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS PARA OS MORADORES DA VILA RURAL
IVAINÓPOLIS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ\PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr. Elizete Conceição da Silva

Ivaiporã
2015

PEDRO HENRIQUE GIROTTO RIBEIRO

**PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO
TRABALHADOR RURAL: IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS PARA OS MORADORES DA VILA RURAL
IVAINÓPOLIS NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ\PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Elizete Conceição
da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Examinadora: Profa. Ms. Caroline Becher
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Examanidor: Prof. Ms. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, _____ de _____ de 2015

Dedico este trabalho aos meus pais,
Sebastião Ribeiro e Maria Aparecida
Giroto Ribeiro, por me darem força e
estarem sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Sebastião Ribeiro e Maria Aparecida Giroto Ribeiro, no qual me permitiu estar realizando minha graduação, se abdicando de diversas “coisas”, para conseguir garantir minha permanência na Universidade. Só quero dizer, que vocês conseguiram cumprir com seu objetivo, de me proporcionar uma educação da qualidade.

Ao meu Irmão, Frank William Ribeiro, que também fez parte dessa conquista, no qual sem ele, isso não seria possível. Só tenho a dizer, muito obrigado.

Aos meus tios e padrinhos, que são meus segundos pais, Clarice de Jesus Ribeiro e Tercio Vieira da Silva, que permaneceu sempre ao meu lado.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos, que pude conhecer ao longo da graduação, que contribuíram para minha formação e, para este trabalho.

Ao ME (Movimento Estudantil) no qual foi de extrema importância na minha formação, principalmente política, onde pude conhecer diversas pessoas, e apreender que a resistência é necessária.

Agradeço a Professora Doutora Elizete Conceição Silva, no qual foi minha orientadora desde o primeiro ano de graduação, me possibilitando participar do tripé da Universidade (ensino, pesquisa e extensão). Só tenho que agradecer, pelo conhecimento ao qual foi me repassado.

Por último e não menos importante, agradeço aos moradores da Vila Rural Ivainópolis, pois sem eles, este trabalho não poderia ser realizado.

“Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender”

Chico Buarque

RIBEIRO, Pedro Henrique Giroto. **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural: impactos econômicos e sociais para os moradores da vila rural ivainópolis no município de Ivaiporã/PR.** 2015. 72 p.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2015.

RESUMO

O trabalho reflete o impacto do subprograma Vila Rural do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, desenvolvido no Estado do Paraná no período de 1995 – 2002, especificamente, na Vila Rural Ivainópolis, localizada no município de Ivaiporã. Busca-se averiguar por meio de discussão teórica e de pesquisa empírica, se a referida política promoveu a minimização das diversas expressões da questão social vivenciadas pelos camponeses. O estudo se faz, com o intuito de identificar o alcance da política como promotora da inclusão econômica e social dos camponeses, bem como conhecer a avaliação dos beneficiados ao mesmo.

Palavras-chave: Mundo Rural. Estado. Política Pública. Vila Rural.

RIBEIRO, Pedro Henrique Giroto **Rural livelihoods life quality improvement program: economic and social impacts for residents Ivainópolis rural village Ivaiporã/pr.** 2015. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2015.

ABSTRACT

This study reflects the impact of Rural Village sub-program of Rural Livelihoods Life Quality Improvement Program, developed in Paraná from 1995 to 2002, specifically in Ivainópolis Rural Village, Ivaiporã. This study aimed to determine through a theoretical discussion and empirical research, if the policy promoted the minimization of social problems experienced by laborers and identify the scope of politics as a promoter of economic and social inclusion of peasants as well as know the assessment of benefit.

Key words: Rural World. State. Policy Public. Rural Village.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivos de adesão à atividade vilas rurais declarados pelos beneficiários da macrorregião norte do Paraná.....	41
Tabela 2 – Distribuição da renda salarial familiar per capita entre os moradores das vilas rurais da macrorregião norte do Paraná.....	41
Tabela 3 – Tipos de Atividade Principal – Famílias.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária.....	48
Gráfico 2 – Escolaridade dos Moradores	48
Gráfico 3 – Pessoas por Residências	49
Gráfico 4 – A renda é exclusiva do Campo	50
Gráfico 5 – Principal motivo de vir morar na Vila Rural	52
Gráfico 6 – Possui mais que uma casa no lote ?	52
Gráfico 7 – Primeiro Morador	53
Gráfico 8 – Participação dos moradores nas reuniões da associação	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FDU	Fundo de Desenvolvimento Urbano
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SECR	Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SEED	Secretaria de Estado de Educação
SERT	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
VL	Vila Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I - MUNDO RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NO BRASIL	15
2.1 MUNDO RURAL	15
2.1.1 Questão Agrária no Mundo	15
2.1.2A Questão Agrária no Brasil	19
2.2 DESDOBRAMENTOS DO MUNDO RURAL PÓS DÉCADA DE 1990	22
2.3 CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	26
3 CAPITULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMA DE MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL NO ESTADO DO PARANÁ	31
3.1 POLÍTICA PÚBLICA	31
3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL	35
3.3 SUBPROGRAMA VILAS RURAIS	38
4 CAPÍTULO III – VILA RURAL IVAINÓPOLIS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	42
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR	42
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VILA RURAL IVAINÓPOLIS	43
4.3 POLÍTICA PÚBLICA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS: PONTOS E CONTRAPONTO	47
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	63
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA	63
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO	65
ANEXO C – QUESTIONÁRIO	67
ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	69
ANEXO E – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	71

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema da pesquisa ocorreu por meio de questionamentos, que surgiram no decorrer do Projeto de Iniciação Científica, fomentado pela Fundação Araucária, intitulado: “O Desenvolvimento de Políticas Públicas, Voltadas para Agricultura Familiar no Município de Ivaiporã-PR, Dentro da Lógica Produtiva Contemporânea”.

O Programa de Melhoria de Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, Subprograma Vilas Rurais, se constituiu em uma das políticas públicas identificadas e voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. O que despertou minha atenção foi sua ampla abordagem, enfocando questões para além da agricultura familiar, levando-se, assim, a realizar este trabalho com o intuito de entender a execução e a efetivação do referido programa.

A reflexão proposta busca averiguar se a política pública rural, implantada no Estado do Paraná (1995-2002), mais especificamente na Vila Rural Ivainópolis, localizada no Município de Ivaiporã/PR, possibilitou a minimização das refrações de vulnerabilidade campesina e/ou cidadina.

Com a mudança macrosocietária, principalmente no Brasil a partir da década de 1990, com a presença do modo de organização produtiva toyotista e com a implantação da política neoliberal, ocorreu um intenso agravamento da questão social, consequência de um maior acirramento do antagonismo e complementaridade existente entre capital e trabalho. No campo as contradições não demoraram a aparecer, principalmente com o início e fortalecimento do agronegócio.

Diante deste cenário, no ano de 1995, o Estado do Paraná criou, em parceria com diversas secretarias de Estado, o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, Subprograma Vilas Rurais com o objetivo de melhorar de qualidade de vida das famílias dos trabalhadores volantes (boias frias), bem como com o objetivo também de promover o retorno desses trabalhadores no desenvolvimento de produções agrícolas.

Para melhor entender o subprograma e seus impactos e alcances, foi desenvolvida pesquisa de campo na Vila Rural Ivainópolis, com o objetivo de averiguar a avaliação que as famílias beneficiadas faziam do mesmo. Ressaltamos que a pesquisa se deu por meio de aplicação de

questionários aos moradores da Vila Rural Ivainópolis, contendo 22% de questões fechadas e 72% questões abertas. Também foi realizada entrevista com o atual presidente da associação dos moradores e com os presidentes de gestões anteriores. As mesmas foram gravadas e transcritas. Deste modo, o material coletado foi analisado qualitativamente e quantitativamente.

Os sujeitos da pesquisa, são identificados da seguinte maneira: “E1” e “E2”, referem-se aos presidentes da associação de moradores e, as “Q1”, “Q2”, “Q3”, “Q4”, “Q5”, “Q6”, “Q7”, “Q8”, “Q9”, “Q10”, “Q11” e “Q12”, aos moradores que responderam aos questionários. Nos anexos consta o perfil de cada um deles.

A organização e sequência da análise proposta se faz em três capítulos, assim apresentados: Capítulo I - Mundo rural e desenvolvimento econômico no Brasil; Capítulo II - Políticas públicas e programa de melhoria de qualidade de vida do trabalhador rural no Estado do Paraná e, Capítulo III - Vila Rural Ivainópolis e impactos socioeconômicos.

O primeiro capítulo busca elucidar questões referente à questão agrária. Apresenta o processo sócio-histórico da sociedade capitalista e a mercantilização da terra no Brasil e mundialmente.

No segundo capítulo, discute-se o porquê do surgimento das políticas públicas e seus objetivos. A seguir é apresentado o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, Subprograma Vilas Rurais, sua criação, objetivos, parcerias, critérios, estrutura física dos lotes, dentre outros.

No terceiro capítulo é realizada uma breve apresentação do Município de Ivaiporã e da Vila Rural Ivainópolis, seguida de apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais do pesquisador, diante das discussões teóricas e da pesquisa empírica.

CAPITULO I

MUNDO RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NO BRASIL

2.1 MUNDO RURAL

2.1.1 Questão Agrária no Mundo

Na sociedade capitalista constata-se a supremacia do fator econômico como determinante. O sistema promove a existência de duas classes sociais, uma subalterna a outra, antagônicas e complementares, sendo elas: burguesia e o proletariado; a primeira é detentora dos meios de produção e a segunda possuidora da força de trabalho, que é vendida para garantir a sobrevivência e a reprodução social do trabalhador.

No sistema capitalista, podemos constatar que tudo é transformado em mercadoria. A terra não escapou deste modo de exploração, onde aqueles que sobreviviam deste meio de produção foram obrigados a se “adaptar”, a este sistema produtivo desigual e contraditório. Nesta lógica produtiva tudo pode ser transformado em mercadoria¹, e estabelecer uma relação de compra e venda. Na própria produção e reprodução social é possível a obtenção de lucro, a mais² – valia.

Marx (1985) enfatiza que o modo capitalista de produção, desapropria o trabalhador de suas condições de reprodução, ou seja, de sua capacidade de se reproduzir socialmente, distanciando o homem de seu estado de natureza³. A terra, um dos meios de produção, também é submetida à lógica do sistema e o camponês torna-se subordinado ao burguês

¹ Ressaltando que mercadorias são produções humanas, ou seja, trabalho exercido por homens, mas não possui caráter emancipador, e sim de exploração e alienação. Essa produção é feita em altas escalas, estabelecido pelo mercado um valor de troca. (KAUTSKY, 1980, p. 76)

² A mais-valia decorre do fato de ser a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior à que é necessária à sua conservação e à sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge um certo grau. Um excedente dessa espécie, um produto líquido é fornecido, desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o progresso de civilização se condiciona ao aumento progressivo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica (KAUTSKY, 1980, p.83).

³ [...] é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociedade (LESSA, 2012, p. 26).

(proprietário da terra), que além de explorar a terra por meio da produção agrícola, utiliza-se de sua mão de obra, objetivando o lucro.

Nessas condições, o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas (MARX, 1985, p. 708).

Para Kautsky (1980), a terra é um dos maiores meios de produção já existente, sendo que nela se produz os bens primários, que posteriormente serão transformados em bens manufaturados e, com isso agregam um valor maior, para sua comercialização.

A partir do monopólio da terra uma batalha entre camponeses e senhores feudais se travou. O feudalismo, que vinha se perpetuando na Alemanha desde o século XVI, contava com o apoio do Estado que se encontrava em fase de consolidação (KAUTSKY, 1980).

A partir da Idade Média, entre os séculos XV ao XVIII, a produção capitalista se desenvolveu com maior intensidade nas zonas urbanas. Após esse período e com a chegada da industrialização, ela se adentrou sutilmente no campo.

O país de origem das máquinas agrícolas foi a Inglaterra, por ter apresentado características favoráveis a sua implantação. Posteriormente, devido a carência de força de trabalho e a exigência dos camponeses, por melhores salários, os Estados Unidos da América, foram os que melhor qualificaram estes instrumentos agrícolas.

Na Europa Central, devido ao aprimoramento ocorrido com as máquinas agrícolas, o tempo da produção diminuiu satisfatoriamente e proporcionou a redução do trabalho do homem (trabalho vivo). Os instrumentos e ferramentas desenvolvidos, aperfeiçoados e utilizados, em um primeiro momento nas indústrias, posteriormente foram propagados ao campo, objetivando uma maior produção e uma melhoria na qualidade dos produtos⁴.

⁴ A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações sócio-econômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho

Nesse mesmo período, outra revolução ocorreu no campo: foi o aprofundamento de estudos da fisiologia, por diversos profissionais, entre eles: engenheiros, químicos e fisiologistas. Esse conhecimento garantiu uma maior produção e uma maior qualidade aos produtos, tanto de ordem animal, quanto vegetal.

Com a inserção de instrumentos de trabalhos na zona rural, ocorreu a redução do trabalho vivo⁵, substituído pelo trabalho morto⁶, ou seja, uma substituição do camponês, por máquinas e/ou outras ferramentas de trabalho, porém de forma menos intensa do que ocorrida na zona urbana. Iniciou-se, no campo, o processo de proletarização do camponês, principalmente com a propriedade privada da terra.

Para KAUTSKY (1980):

O antagonismo de classe existente entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses (KAUTSKY, 1980, p. 35).

Outro elemento que começava a ser introduzido no campo é o dinheiro, utilizado como uma moeda de troca, na compra da força de trabalho e, principalmente dos produtos produzidos pelos próprios camponeses e comercializados posteriormente. Os produtos agora, já não pertencem ao camponês, ele terá que adquiri-los por meio da moeda de troca, então começa a se visualizar no campo a alienação⁷. Assim, podemos observar que a comercialização, seja de produtos ou da força de trabalho, é um dos elementos essenciais para a sociedade capitalista de produção.

Neste contexto, as relações sociais existentes no campo são visivelmente alteradas, pois a força de trabalho (trabalho abstrato⁸) e os

não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 1985).

⁵ O trabalho vivo, nada mais é, que utilização da força do trabalho humano, para a reprodução socialmente necessária (MARX, 1985).

⁶ O trabalho morto é a utilização de máquinas, para a produção de mercadoria (MARX, 1985).

⁷ Do ponto de vista das categorias internas ao trabalho (teleologia, objetivação, exteriorização e causalidade, para ficar apenas nas mais gerais), a alienação encontra seu fundamento em dois momentos: 1) o insuperável caráter de contradição do devir-humano dos homens e 2) nos valores e processos valorativos (LESSA, 2012, p. 136).

⁸ [...] é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a

produtos passam a terem um valor de comércio, regulados pelo mercado existente no período e os camponeses passam a adquirir no mercado, os produtos por ele produzidos com a venda da sua força de trabalho.

Segundo Kautsky (1980), a condição de troca reside na natureza diversa de dois produtos, sem isto a troca não teria sentido. Porém entre os valores de uso de duas mercadorias de natureza diversa não se pode estabelecer uma comparação que se exprima simplesmente em números.

Quanto ao valor de mercadoria, o autor ainda esclarece que este não é determinado pelo valor de uso⁹, mas pelo tempo necessário de produção do mesmo. Isso se dá somente quando se tem a livre concorrência.

Com o avanço do modo de produção capitalista no campo, a produção do camponês já não é capaz de garantir os produtos necessários, para sua sobrevivência e sua reprodução social. Ao autor referido acima não lhe resta outro recurso senão fazer uso do seu crédito de dar a sua terra em hipoteca. Começa para ele uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas: a do capital usuário, do qual se desembaraça com muito custo e que nem sempre se consegue.

O camponês que até então produzia para seu consumo próprio e que obtinha por meio da troca os produtos que não era capaz de produzir, como por exemplo, o sal, passa a ser um trabalhador rural. Ele não é mais o proprietário dos produtos por ele produzido, torna-se arrendatário de terras, sendo aquele que tem parte da produção como forma de pagamento pela terra. Exacerba-se no campo as contradições da sociedade capitalista.

A exploração agrícola moderna é a exploração que ocorre na sociedade capitalista, para obtenção da mais-valia, ou seja, para obtenção do lucro. Concretiza-se na agricultura moderna, o poder sobre a propriedade privada da terra e a monopolização das mercadorias produzidas no campo (KAUTSKY, 1980).

categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociedade (LESSA, 2012, p. 26).

⁹ Como a mercadoria é um produto que é trocado, aparece como unidade de dois aspectos diferentes: sua utilidade para o usuário, que é o que lhe permite ser objeto de uma troca; e seu poder de obter certas quantidades de outras mercadorias nessa troca (BOTTOMORE, 2011).

Kautsky (1980) ressalta que seria um equívoco colocar os proletariados urbanos como os únicos trabalhadores dessa sociedade, sem se atentar às outras classes denominadas camada social intermediária e compostas por: professores, estudantes, burocratas e o próprio camponês.

Fica evidente, através do contexto exposto, que a terra ao tornar-se propriedade privada, não só mercantilizou as produções agrícolas como também a força de trabalho dos camponeses.

2.1.2 A Questão Agrária no Brasil

A história do campesinato e da formação dos latifúndios¹⁰ no Brasil, é de grande importância para a formação e apresentação do país. Mesmo que muitos teóricos tentam ocultar ou desconsiderar esse fator, dando uma importância maior ao processo de urbanização, industrialização e conseqüentemente às lutas populares urbanas, os trabalhadores rurais sempre instituíram uma luta política no campo, resistindo aos grandes coronéis, jagunços, fazendeiros, latifundiários entre outras denominações que foram atribuídas aos “donos” das terras no decorrer da história do país.

Muitos já foram os que trabalharam em terras brasileiras desde seu “descobrimento”. Nos anos de 1500 com a chegada da coroa portuguesa, um elevado número de mão de obra foi utilizado na estratificação dos produtos primários. Os índios, primeiros habitantes desta terra, foram escravizados, como também os negros trazidos da África e, posteriormente os imigrantes da Polônia, Itália, entre outros, que foram utilizados para a exploração da terra.

José de Souza Martins (1981) salienta que com o fim da escravidão indígena,

¹⁰ Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade (MARTINS, 1981, p. 22).

Cessada a legalidade da escravidão indígena no começo do século seguinte, a não ser em circunstâncias e período definidos, como o da escravidão da presa de “guerra justa”, o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigado ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro (MARTINS, 1981, p. 32).

Em 1850 inicia-se o tráfico negreiro e promulga-se a Lei de Terras¹¹, sendo esta com o objetivo de regularizar as terras existentes e aumentar a força de trabalho no país, organizando de forma legal a exploração da terra.

Em relação ao regime de trabalho escravo, Octavio Ianni (2004) salienta que:

É verdade que a abolição do regime de trabalho escravo e a criação do regime de trabalho assalariado, durante os anos de 1850-1888, constituíram os primórdios da formação do proletariado rural. Mas esse processo não se completou em 1888, com a assinatura do decreto de abolição da escravatura; ou em 1891, com a grande naturalização dos imigrantes estabelecida pela primeira Constituição republicana. Com a abolição e a naturalização, constituiu-se juridicamente o trabalhador livre no Brasil [...] (IANNI, 2004, p. 221-222).

Martins (1981) destaca alguns marcos históricos de luta do campesinato no Brasil, tais como: a Guerra de Canudos nos anos de 1896 a 1897 nos sertões da Bahia; a Guerra do Contestado nos anos de 1912 a 1916 sendo que esta foi uma das maiores lutas populares da história brasileira, nos estados do Paraná e Santa Catarina e a Revolta de Trombas e Formoso, no Estado de Goiás, na década de 1950.

No início do século XX a cafeicultura era um dos maiores expoentes da economia brasileira, porém, com a crise mundial em 1929, ocorreu uma queda nos valores de exportação do café, o que teve impacto direto na economia do Brasil¹² (IANNI, 2004).

¹¹ Lei Nº 601, promulgada no Brasil em 1850, conhecida como Lei de Terras. Segundo Sandroni (1994), seus objetivos eram: a) proibir a aquisição de terras que não fosse por outro meio senão a compra, extinguindo o regime de posses; b) aumentar o preço das terras e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores, visando reduzir a oferta de trabalho na agricultura e consequentemente a elevação dos salários. Para tanto, as terras eram vendidas em leilões públicos a partir de um preço mínimo bastante elevado; c) os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem (SANDRONI *apud* SOTO, 2002, p. 43).

¹² Em certo sentido, a cidade venceu o campo com a Revolução de 30, numa vitória precária. Em um plano mais geral, a confluência das crises política e econômica havia preparado a

Nos anos de 1930 a 1964, com a existência de uma aliança entre a burguesia industrial e latifundiários e com o Golpe Militar no ano de 1964, fica notório o domínio do capital financeiro transformando uma sociedade agrária e tradicional em uma sociedade moderna e industrializada¹³ (SOTO, 2002)

Neste contexto, de acordo com Soto (2002), fica evidente a existência de uma burguesia rural no Brasil. O autor afirma que:

Este aspecto é importante a sublinhar se pretende aprender, em sua realidade concreta, o que vem a ser, no Brasil, uma burguesia rural e, mesmo, o próprio capital agrícola. Existe, evidentemente, uma burguesia rural, mas não nos moldes “clássicos”, que inspiraram a formulação deste conceito, mas enquanto agente da dominação indireta do capital na agricultura, que se confunde com outras relações sociais (SOTO, 2002, p. 39).

Alguns teóricos enfatizam que a solução para este “problema” - o da “distribuição” das terras - seria a reforma agrária. Soto (2002) salienta que os autores Graziano da Silva e Geraldo Mulher, afirmam que:

[...] o capitalismo se desenvolveu no campo mesmo sem realizar uma reforma agrária. Segundo estes autores, a reforma agrária deixou de ser o mecanismo capaz de remover os obstáculos para o desenvolvimento capitalista. Hoje apenas pode ser vista como uma política ou um programa social que beneficie as vítimas da modernização da agricultura (SOTO, 2002, p. 40).

O autor (2002) ao reportar-se ao pensamento desenvolvido por Octávio Ianni cita as três perspectivas que o autor propõe para solucionar o “problema” agrário brasileiro, sendo: a primeira, introdução de novas tecnologias de origem industrial, o que ocorreu no período do golpe militar; segunda, que propõe uma volta às comunidades camponesas, de forma populista, mas ressalta que é insustentável a ideia, pois o Brasil está em um

liquidação do Estado oligárquico no Brasil. Nos anos imediatamente posteriores a 30, o poder político não foi mais exercido em termos exclusivos. Desde então, plantadores e exportadores de café tiveram de repartir o poder político com outros grupos sociais (IANNI, 2004, p. 200-201).

¹³ Os trabalhos de Kageyama e Graziano da Silva podem ser considerados emblemáticos de uma visão que tenta apreender as transformações de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, baseando-se fundamentalmente, mas não exclusivamente, nas modificações tecnológicas. No esquema explicativo desses autores, a tecnologia é considerada uma relação social. Em outras palavras, essas modificações na base tecnológica expressam, segundo eles, a hegemonia e o avanço das relações sociais capitalistas (SOTO, 2002, p. 42-43).

grau do capitalismo avançado; e terceira, fazer uma radicalização, unindo operário e camponês, como estratégia política de uma possível revolução.

Schneider (2009) observa que a discussão da reforma agrária foi retomada na década de 1980, estando suspensa desde o golpe militar de 1964. Vejamos:

Após o golpe militar de 1964, somente se voltou a falar em reforma agrária a partir de meados da década de 1980 com início da abertura democrática, ainda que, nesse período, as discussões e expectativas tenham sido rapidamente mitigadas pela aprovação de dispositivos anti-reformistas durante a Constituinte de 1988. Mas, nos anos noventa, a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltaram a ocupar expressivos espaços no cenário político nacional [...] (p. 25).

Com as transformações da sociedade tradicional em uma sociedade moderna, ou seja, a passagem do setor rural para o agroindustrial, com a utilização de tecnologia no campo e com a introdução de novos equipamentos na produção, constatamos que as mudanças ocorridas no espaço urbano, chegaram ao campo em curto espaço de tempo, alterando a dinâmica social, cultural, econômica e política do campo e do país como um todo.

2.2 DESDOBRAMENTOS DO MUNDO RURAL PÓS DÉCADA DE 1990

O autor Sérgio Schneider (2010) colabora com a análise teórico-metodológica da sociedade agrária brasileira na contemporaneidade ao abordar elementos presentes desde a década de 1980.

O referido autor enfatiza que somente a partir da década de 1990, houve uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural. Neste período, a discussão passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens, contribuindo para que as políticas públicas e discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural, passassem a ter uma base diferente da presente na década de 1970, de cunho político e normativo.

SCHNEIDER (2010) afirma que:

Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

O autor (2010) destaca a importância da “descentralização política e financeira, para que os municípios passassem a serem “entes federados” e, portanto, responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança)”.

Com a efervescência dos movimentos sociais na década de 1980, os quais foram de grande importância para a derrubada do Estado ditatorial e a construção da Constituição de 1988, as novas organizações sociais passaram a se apresentar com diferentes perspectivas.

[...] na década de 1990 o escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais parece ter se alterado, pois deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando também a ser proativos e propositivos. Acrescenta-se a isto o fato de que várias organizações da sociedade civil ganharam diversidade e espessura, podendo-se citar como exemplos as organizações não governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas, entre outras. De uma maneira geral, pode-se dizer que a sociedade civil readquiriu e ampliou a diversidade de formas de expressão de sua complexidade política o que, sem surpresa, acaba estimulando conflitos e disputas, e às vezes revelando suas contradições (SCHNEIDER, 2010, p. 514).

A partir da promulgação da constituição em 1988, a sociedade brasileira contou com diversas conquistas e avanços, sejam em relação aos direitos civis e políticos, sejam no campo social, a partir dos quais se estabeleceram inúmeras regulamentações para efetivação dos mesmos.

Considerando que o Estado deva promover políticas públicas que atendam as demandas provindas da sociedade civil, o mesmo passou a desenvolver principalmente a partir década de 1990, programas e projetos voltados para o atendimento dos agricultores.

O Estado como mediador dessas ações, começou a criar estratégias que pudessem de fato atender as demandas apresentadas, principalmente

pelos movimentos sociais do campo. Isso fica explícito com o surgimento de algumas secretarias e ministérios voltadas ao agricultor.

Uma das principais ações foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Depois, através da criação da secretaria de desenvolvimento rural (SDRMAPA), também transferida para o MDA. Por último, deve se registrar a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que passou a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil. Desde então, seu crescimento tanto em termos de recursos como de contratos é vertiginoso e merece destaque, sobretudo a partir de 2004, quando superou a marca de um milhão e meio de contratos financiados com um orçamento que chegou a mais de nove bilhões de reais na safra 2007-2008. E o papel do Estado vem crescendo e se expandido desde meados da década de 1990, inclusive diversificando seu enfoque, agora não mais confinado apenas ao apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para agricultura familiar, mas tratando de temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2010, p. 516).

De acordo com o autor, podemos constatar o quanto foi importante o papel mediador do Estado no processo democrático, na elaboração de políticas públicas voltadas aos agricultores e na instauração de debates voltados ao desenvolvimento rural no Brasil.

Neste processo, o papel do Estado e das políticas públicas que focalizam os agricultores familiares e a reforma agrária tiveram um papel decisivo, pois foi através delas que se instaurou um debate entre estudiosos e pesquisadores que passaram a alimentar o próprio tema do desenvolvimento rural. Mas também se indicou que a discussão sobre desenvolvimento rural no Brasil está impregnada de um sentido político e ideológico que se alimenta e fortalece à medida que a polarização entre os defensores do agronegócio e da agricultura familiar (embora não só esta) ganham destaque e legitimidade. Outro fator que contribuiu com a emergência da discussão sobre desenvolvimento rural foi o modo como as questões ambientais e aquelas relacionadas com a sustentabilidade foram incorporadas ao tema mais geral do desenvolvimento (SCHNEIDER, 2010,p.527).

Schneider (2010) considera que na contemporaneidade ocorre um retorno da agricultura familiar¹⁴, na qual vem se desenvolvendo a pluriatividade¹⁵, incentivada por políticas públicas do Estado.

O autor (2009) enfatiza que:

O que importa ressaltar, contudo, não é o caráter e as interpretações que esses fenômenos vêm recebendo, o próprio reconhecimento da temática da agricultura familiar e dos temas ligados a ela, como é o caso da pluriatividade. Embora incipientes, os estudos específicos sobre a pluriatividade das famílias rurais e do crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural parecem estar descortinando dimensões sociais, econômicas e culturais que ganham proeminência na estrutura agrária brasileira. Ao mesmo tempo, alguns desses trabalhos estão postulando a hipótese de que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas que ocorrem no meio rural podem estar contribuindo para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção vislumbre novos mecanismos de garantia de sua reprodução material e até mesmo, a ampliação de sua importância na estrutura social (p. 34).

Considerando as novas perspectivas, Scheineider (2010) salienta alguns dos movimentos sociais, que impulsionaram conquistas na década de 1990.

SCHNEIDER, 2010, Tal como já indicado em outros trabalhos (Schneider, Mattei e Cazella, 2004), as razões desta legitimação estão relacionadas ao crescimento da agricultura familiar como uma categoria política, fortemente ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais na década de 1990 (Favareto, 2006;

¹⁴ No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos. Entre os publicados em português que deram impulso decisivo merecem ser citados os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993,1999). O maior mérito desses estudos talvez tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva. Essa “descoberta” foi fundamental não apenas por ter difundido entre os estudiosos brasileiros a noção de agricultura familiar, mas, sobretudo, por ter operado um deslocamento teórico e analítico decisivo na sociologia dos estudos rurais e agrário, cujas preocupações, até então, giravam em torno da discussão do caráter capitalista, tradicional ou moderno, das relações sociais predominantes na agricultura (SCHNEIDER, 2009, p. 33).

¹⁵ O conceito de pluriatividade surge na França nos anos 1980, quando há um redirecionamento da política agrícola fruto da crise de superprodução agrícola dos anos 1970. Nesse contexto, a pluriatividade emerge como uma solução alternativa ao estímulo do Estado para que os agricultores considerados inviáveis abandonassem suas atividades agrícolas e apenas cuidassem da natureza para atração turística. Com isso, o agricultor passou a executar atividades tanto ligadas à exploração agrícola, como na transformação ou comercialização, quanto a atividades não agrícolas, como turismo, artesanato etc. Nesse cenário, a pluriatividade passou a significar não só uma saída econômica, mas um meio de vida saudável, interagindo o urbano e o rural, combinando atividades agrícolas e não agrícolas (CRUZ, 2012, p.225 -226).

Sabourin, 2007; Guanziroli, 2007). As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado a CUT, que havia sido criado em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje (p.515).

Podemos constatar que os debates sobre o desenvolvimento rural no Brasil, emergem e se consolidam como questão e tema de interesse à medida em que estudiosos e mediadores foram produzindo interpretações sobre o processo de desenvolvimento do Brasil, principalmente a partir da década de 1990.

São estes estudos e documentos que servem aos agentes, mediadores e formuladores de políticas públicas, como inspiração na elaboração de estratégias de intervenção e planejamento. Apesar de existirem possibilidades e lacunas a serem exploradas nos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, torna-se necessário analisar mais profundamente o papel dos agricultores e demais atores do meio rural no processo social brasileiro (SCHNEIDER, 2010).

2.3 CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

O pensamento de Celso Furtado é de grande relevância para o processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção no decorrer da história brasileira e mundial, principalmente nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Seus pensamentos progressistas e de conotações reformistas, continuam contribuindo para uma análise contemporânea conjuntural da sociedade brasileira.

O autor trabalhou na Fundação Getúlio Vargas e em 1949, começou a atuar na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁶,

¹⁶ A verdade é que os compromissos ideológicos, existentes não apenas na obra de Celso Furtado, mas também em todo pensamento da CEPAL, e mesmo em diversos outros

com sua sede em Santiago no Chile, fazendo assessoramento a diversos países latino-americanos, sendo este um dos maiores marcos no decorrer de sua história. Compôs também o Grupo CEPAL-BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na elaboração de “esboço de um Programa de Desenvolvimento para o Brasil”, ocupando a diretoria do mesmo Banco de Desenvolvimento. Outro marco foi seu empenho na criação da SUDENE¹⁷, voltada para o desenvolvimento do nordeste (FURTADO, 1920).

Furtado (1920) nos faz refletir sobre dois apontamentos em relação à teoria do desenvolvimento econômico dentro de uma perspectiva macrossocietária:

O primeiro – onde predominam as formulações abstratas – compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento, o que exige construção de modelos ou esquemas simplificados dos sistemas econômicos existentes, baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas de importância relevante. O segundo – que é o plano histórico – abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica. Somente essa verificação poderá indicar as limitações decorrentes do nível de abstração em que foi elaborado o modelo e sugerir as modificações a serem introduzidas para fazê-lo válido do ponto de vista de uma realidade (FURTADO, 1920, p. 15).

Para CEPÊDA (2011), Celso Furtado considera o desenvolvimento:

[...] a única possibilidade de garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros. Está em jogo, para ele, mais que o problema de o país atingir os patamares de riqueza baseados em índices formais. Sua preocupação é com a transformação global da

economistas, que estiverem preocupados com o subdesenvolvimento, tornaram-se erros criticáveis apenas a partir da primeira metade dos anos 60, quando o sonho de desenvolvimento chegou ao fim; a proposta de reformas estruturais mostrara-se inviável, e o fracasso permitia a constatação de surgimento de novos problemas e agravamento dos antigos: a concentração de renda, a heterogeneidade da estrutura produtiva, a dependência extrema, a instabilidade do crescimento (FURTADO, 1920, p. 25)

¹⁷ E em 1959, por fim, o governo federal criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). “A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste teve por finalidade: a) estudar e propor diretrizes para desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste” (IANNI, 2004, p. 208 -209).

sociedade, com a incorporação de padrões institucionais, culturais e econômicos que aproximem da concepção de modernidade (p.08).

Em relação ao pensamento de Furtado, Szmrecsany (2001) enfatiza 3 ideias presentes em suas principais análises do processo de desenvolvimento da sociedade.

Uma de suas ideias pioneiras foi a da equiparação do desenvolvimento ao aumento de produtividade física média do fator trabalho, resultante de mudanças na forma e nas proporções da sua combinação com os demais fatores de produção – vale dizer, do progresso técnico dentro de determinada dotação de fatores ou recursos. Outra era da importância da distribuição da renda na indução dessas mudanças mediante o crescimento e a diversificação da procura de um lado, e acumulação e as inversões de capital do outro. E uma terceira foi a das tendências ao desequilíbrio externo e à inflação provocada por tal crescimento nos países em desenvolvimento – tendências que só podem vir a ser superadas pelo aumento das exportações e/ou pela substituição de importações, meios que não são espontaneamente alcançáveis por intermédios do livre jogo das forças de mercado, exigindo em consequência a adoção de medidas de controle governamentais (SZMRECSANY 2001, p. 347).

O autor destaca, ainda, que se o processo do crescimento econômico brasileiro, analisado por meio do Materialismo Histórico¹⁸, vem se fundando na preservação dos privilégios da burguesia que satisfazem o processo de modernização e o desenvolvimento que se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Nele, os recursos para investimento social, não são suficientes para a garantia da melhoria de qualidade de vida; para Furtado (2004) *o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.*

Em relação à reforma agrária, FURTADO (2004) afirma que:

Duas frentes seriam, em meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda (p. 4).

¹⁸ A exemplo dos argumentos do materialismo histórico, Furtado afirma que as relações econômicas é que dão o impulso inicial da transformação, produzindo por extensão novas relações institucionais (novamente percebe-se a influência marxista com a tese da biparticipação infraestrutura/superestrutura). No entanto, Furtado detecta que as relações econômicas, principalmente com as inovações científicas, têm mudado com muito mais rapidez que a superestrutura social, criando uma pressão por transformações. A técnica assumira o papel genético de transformação, possibilitando descortinar uma ordem de mudança na evolução histórica (CEPÊDA, 2011, p. 04).

O autor enfatiza que no caso brasileiro, a estrutura agrária é a principal causa da extrema concentração de capital. Não porque o capital seja mais concentrado no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população camponesa tende a se deslocar para a zona urbana, o que gera um congestionamento na oferta de mão de obra não especializada.

Considerando a Reforma Agrária como uma possibilidade de desenvolvimento do país, FURTADO (2004) ressalta que:

O verdadeiro objetivo da reforma agrária é liberar os agricultores para que se transformem em atores dinâmicos no plano econômico. As reformas agrárias que desembocaram na coletivização das terras fracassaram, do ponto de vista econômico, pois as estruturas agrárias tradicionais engendram a passividade, razão pela qual sub-utilizam o potencial produtivo do mundo rural; e a grande empresa agrícola moderna pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens no plano operacional em setores circunscritos da atividade agrícola (FURTADO, 2004, p. 4).

Assim ao descrever uma possível estrutura agrária, o autor enfoca que:

Uma nova estrutura agrária deverá ter como principal objetivo dar elasticidade à oferta de alimentos de consumo popular. Trata-se de uma pré-condição, mas que por si só não assegura o desenvolvimento. Este pressupõe a existência do que os economistas costumam chamar de "motor", ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema. Vale dizer: não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico. Seu impulso dinâmico vem da harmonia interna do sistema produtivo em seu conjunto, o que só se torna possível com a industrialização. O problema crucial é definir o tipo de industrialização capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 4).

Outro aspecto salientado por Furtado (1983) é o incentivo científico e tecnológico, para a produção de alimentos, como:

A especificidade da base de recursos naturais de grande parte do mundo subdesenvolvido, particularmente no que respeita a recursos ligados à produção de alimentos, corrobora no mesmo sentido. Entretanto, a razão principal está na amplitude mesma das transformações, tanto no que respeita às formas de produção como no que concerne à organização social, que o desenvolvimento requererá nos atuais países subdesenvolvidos. Essas transformações exigirão um grande esforço interno, o qual somente se concretizará se houver nos países subdesenvolvidos um rápido avanço na

capacidade criadora científica e tecnológica (FURTADO, 1983, p. 239).

Diante do exposto, pode se perceber que de acordo com Celso Furtado, para se alcançar o desenvolvimento brasileiro, faz se necessário uma reforma política, concretizada pelo crescimento econômico, pensamento que persiste fortemente ainda na atualidade.

CAPÍTULO II

POLÍTICA PÚBLICA E PROGRAMA DE MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL NO ESTADO DO PARANÁ

3.1 POLÍTICA PÚBLICA

Como podemos observar no capítulo anterior, as mudanças macrossocietárias ocorridas, foram necessárias ações do Estado para amenizar as contradições que surgiram no decorrer da história. Estas ações resultaram em políticas públicas voltadas para a manutenção das condições mínimas de sobrevivência e reprodução social dos camponeses, principalmente para continuidade das atividades agrícolas, objetivando garantir condições necessárias na compra e venda dos produtos produzidos, bem como o fortalecimento da economia do país.

Para melhor compreender essas ações desenvolvidas pelo Estado, por meio de políticas públicas, se faz necessário ressaltar que as políticas públicas não se tratam especificamente de políticas setoriais (saúde, educação, habitação) ou de seguimentos sociais (idoso, mulher, criança e adolescente), além de não possuírem apenas cunho social.

RODRIGUES (2010) enfatiza que:

[...] as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras, toda política social é uma política pública, mas nem toda a política pública é uma política social. Isso significa dizer que política externa, econômica, administrativa, por exemplo, constituem-se como políticas públicas importantes, pois se referem diretamente à ação do Estado, mas não dizem respeito (pelo menos diretamente) às políticas sociais. Por vezes, no entanto, o bom funcionamento (ou a eficiência) de uma política social pode depender da eficácia das políticas públicas mais abrangentes (RODRIGUES, 2010, p. 9).

A política pública pode ser desenvolvida pelos três entes federativos da república (federal, estadual e municipal) a fim de resolver conflitos sociais, econômicos e políticos, no que tange aos interesses da sociedade em geral.

O referido autor destaca que política pública é o processo:

(...) pelo qual os diversos grupos que compõe a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum (RODRIGUES, 2010, p. 13).

Para que a política pública consiga de fato cumprir com seus objetivos, ela necessita passar por algumas ações no decorrer de seu desenvolvimento. Primeiro, é preciso voltar-se à preparação de decisões políticas - que é a identificação de um problema no qual o Estado se propõe a solucionar; segundo, agenda setting - formulação de uma agenda para a construção de políticas e programas, que atendam as demandas dos problemas identificados; terceiro, formulação – desenvolvimento de ações, que definam seus objetivos, marcos jurídicos, administrativos e principalmente econômicos; quarto, implementação – que é aplicação do programa/projeto pelo Estado; quinto, monitoramento – a conferência de ações realizadas, observando seus impactos, de modo a possibilitar mudanças nas ações desenvolvidas; por último, avaliação – verificar os resultados das políticas/programas desenvolvidas, identificando as metas alcançadas e observando seus efeitos (RODRIGUES, 2010).

Assim, pode se afirmar que as políticas públicas,

Constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Essas ações são desencadeadas por atores que lidam com algum problema público e são desenvolvidas por instituições públicas governamentais pelo processo político (legislativo, judiciário, tribunais de contas, ministério público etc.) que as condicionam. O objetivo é assegurar que o desempenho dessas instituições esteja a serviço do interesse público e submetido ao controle democrático (RODRIGUES, 2010, p. 52 - 53).

No Brasil, o período entre as décadas de 1920 a 1980 marcou-se pelo desenvolvimento de ações públicas pelo Estado, ou seja, políticas públicas, de cunho desenvolvimentista, com relações sociais totalmente conservadoras. Pode-se observar principalmente pelas ações desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As políticas sociais são ações do Estado¹⁹, voltadas para solucionar e/ou amenizar as questões sociais inerentes à sociedade em geral, de forma compensatória. Mas não podemos deixar de ressaltar que as políticas públicas e as políticas sociais são financiadas pela classe trabalhadora²⁰, esta responsável por toda produção de riqueza da sociedade capitalista de produção.

Não podemos falar de políticas sociais sem mencionar o Welfare State²¹ (Estado de bem-estar social), o qual foi uma das ações “espelho”, no desenvolvimento de políticas sociais no Brasil.

As políticas sociais envolvem vários atores, entre eles a força de trabalho, essencial para o fortalecimento da economia, na sociedade capitalista. E que compõe o tripé da seguridade social.

FALEIROS (1986) ressalta que:

As políticas sociais, apesar de aparecerem compensações isoladas para cada caso, constituem um sistema político de mediações que visam a articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença. Para detalhar esse sistema de mediações entre o econômico e o político, destaco as formas de organizações e concretização das políticas sociais em quatro grandes sistemas ou complexos. Prefiro usar a palavra complexo em razão dos nexos existentes entre vários modos

¹⁹ A intervenção do Estado na garantia de benefícios e serviços não significa que tenha substituído a família. Apenas articulou as novas condições econômicas e sociais, que mudaram profundamente a vida da família trabalhadora (FALEIROS, 1986, p. 13).

²⁰ As políticas sociais asseguram a manutenção do trabalho como forma de vida normal, isto é, não devem contribuir para desestimular os trabalhadores a viver da venda da força de trabalho e encostar-se em benefícios. Por isso, elas só se efetivam quando o trabalhador perdeu a capacidade de trabalho ou quando ainda não chegou à idade de trabalhar. Os auxílios-doença, as aposentadorias e as pensões são sempre mais baixos que o salário do beneficiário, e o auxílio-natalidade e salário-família são contribuições que dizem respeito aos menores (FALEIROS, 1986, p. 38-39).

²¹ Os países mais ricos da Europa, capitalistas, adotavam essa forma de garantia dos direitos sociais em circunstâncias diversas e num processo específico de cada um, implantando, em momentos diferentes, políticas sociais. O Tratado de Versalhes, no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), consagrou certos direitos trabalhistas e previdenciários, mas só ao final da Segunda Guerra (1939-1945) é que se generalizou o sistema de proteção social ao indivíduo nas ocasiões em que perdesse sua fonte de renda, exigisse uma suplementação temporária ou se preparasse para ingressar no mercado de trabalho, como é o caso do seguro-desemprego, do salário-família e da formação profissional. Esse sistema de seguridade social garante serviços e benefícios do Estado ao cidadão, desde seu nascimento até sua morte, a partir de contribuições especificadas em lei. É chamado por uns Welfare State ou Estado de Bem-Estar e, por outros, Estado de Providência ou Estado Assistencial, pelo qual o Estado garante ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos. Nos Estados Unidos, esses benefícios dependem de critérios rigorosos de pobreza e os serviços de saúde não são estatizados, havendo serviços de saúde gratuitos apenas para os velhos e pobres (FALEIROS, 1986, p. 20).

de articular a subsistência do trabalhador e acumulação capitalista. Ao desempregado, pobre, excluído do mercado de trabalho, corresponde o complexo sócio-assistencial. Em torno do trabalhador produtivo e da empresa, organiza-se o complexo sócio-industrial. Para prestação de serviços e acesso a bens de consumo individual, forma-se o complexo sócio-financeiro, e, para gestão do cotidiano das maiorias urbanas, estrutura-se o complexo urbano-social (p. 45-46).

No Brasil o marco das políticas sociais encontra-se no Artigo 194 da Constituição da República Federativa do ano 1998, com a apresentação do tripé da Seguridade Social²² (saúde, previdência e assistência social). Ressaltamos que diversas lutas sociais foram travadas anteriormente à promulgação constitucional.

Devemos lembrar que o período a partir de 1964 é marcado pela ditadura militar, período no qual os direitos sociais foram negados à população. O golpe militar derivou da classe média, que alegava estar combatendo o comunismo, tendo como apoiadores os seguimentos conservadores e o financiamento do capital estrangeiro.

A população, percebendo as contradições existentes, tendo seus direitos negados e sua liberdade cerceada, começa a fazer inúmeras manifestações, objetivando reduzir ou eliminar as repressões sofridas. O que ficou marcante nessa época foi à participação da população, com a organização e fortalecimento dos movimentos sociais (COUTO, 2010).

Na década de 1980 a população se movimenta na luta para redemocratização do país. A sociedade civil teve um papel importante nesse processo, caracterizado por grandes movimentos sociais, que se consolidaram como marco legal das políticas sociais.

BEHRING e BOSCHETTI (2011) salientam que:

Esses princípios constitucionais, genéricos, mais norteadores da estrutura da seguridade social deveriam provocar mudanças profundas na saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente. Tinham o objetivo de, enfim, permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Artigo 194 da Constituição da República

²² A seguridade Social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade Social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde de (1990). O processo de regulamentação não garantiu a materialização de todos os princípios previstos na Carta Magna (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 157).

Federativa do Brasil). Apesar de tais indicações, não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõem a seguridade social de 1990 (BEHRING e BOSCHETTI, p. 158).

Com a entrada da política neoliberal em 1990, o Estado torna-se mínimo e ocorre a fragmentação e o enfraquecimento das ações desenvolvidas por ele, deixando clara a ofensiva neoliberal.

Neste cenário, a sociedade civil, ou seja, a classe trabalhadora tem um papel importantíssimo para a garantia e a efetivação de seus direitos já conquistados, lutando contra a ordem vigente (capitalismo) e a política neoliberal em prol de uma vida digna a todos.

Segundo Berenice Rojas Couto (2010), as décadas de 1980 e 1990 foram marcantes no Brasil. O país saía de um processo ditatorial militar e entrava em um governo democrático, passava por mudanças econômicas, sociais e culturais, além da promulgação da constituição de 1988, denominada de constituição cidadã. Outro marco deste período foi a recessão econômica, como tentativa de superar as taxas de inflação da época.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

O Estado, por meio de suas políticas públicas, adota algumas ações visando o desenvolvimento econômico, no caso, o meio rural.

As ações voltadas aos pequenos produtores, diferentemente, das voltadas aos latifundiários e ao agronegócio ocorrem em proporções menores, constatando-se por meio dos incentivos financeiros, concedidos aos grandes proprietários de terra.

Consideramos que a questão agrária²³ é inerente às contradições estruturais do capital, ao entender que a terra é um meio de produção lucrativo e o Estado o defensor dos interesses de uma classe social: a burguesia. No entanto, vale lembrar que os camponeses, por meio de lutas

²³ A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo (FERNANDES, 2005, p.2).

sociais, conquistaram a garantia de políticas públicas, para sua permanência e sobrevivência na terra.

As políticas públicas tendem a superar as desigualdades sociais no meio rural, reforçando a noção de cidadania e a profissionalização do camponês.

Gehlen (2004) salienta dois aspectos que emergem desse olhar, os quais:

[...] as tendências que apontam para transformações profundas do rural; e o dinamismo social expresso nas lutas por interesses específicos e pela construção de referências novas, junto e para a sociedade local, nacional e mesmo global. Neste sentido, as políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do Pronaf), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam a racionalidade “moderna” e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances. Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas, negros dos quilombos, por exemplo. Estes são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e as relações sociais e com o meio natural (p. 95-96).

Na década de 1990, as políticas públicas no meio rural, vêm como forma compensatória, objetivando sanar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico, tendo como foco, os “novos” atores sociais sendo, neste momento, representado na figura do agricultor familiar.

GEHLEN (2004) ressalta que:

A agricultura familiar passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular, com grande capacidade de adaptação. Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo. O modelo familiar, bem estruturado, com políticas adequadas, é econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável ou durável. As contestações à generalização desse modelo, principalmente nas décadas de 60 e 70, representavam uma defesa do latifúndio e da oligarquia ou uma postura ideológica de defesa do comunitarismo empresarial (empresas coletivizadas). Estas críticas foram superadas pela sua eficácia econômica e social inquestionáveis, nos países onde o modelo possui expressividade (GEHLEN, 2004, p. 99).

Deste modo, o desenvolvimento rural passando por meio de políticas públicas, contribui para a minimização das desigualdades sociais e fortalece a produção agrícola dos pequenos produtores.

Em relação à compreensão do papel do Estado na situação agrícola, os autores FILHO e BUAINAIN (2011) destacam que:

As razões de cunho estratégico são, todavia, as mais importantes para entender o papel do Estado no setor agrícola. Nos países em desenvolvimento, a intervenção estatal, por meio de instrumentos de política agrícola, pode decorrer da necessidade de reduzir a pobreza e a miséria que caracterizam o meio rural e se reproduziram nos centros urbanos. Em geral, o setor agropecuário dos países em desenvolvimento apresenta distorções estruturais, tais como a concentração da propriedade da terra, desníveis tecnológicos entre produtores, produtos e regiões, assim como a pobreza de famílias rurais ao lado da grande riqueza de poucos. Superar essas distorções não é apenas uma questão de equidade e justiça social, mas também de eficiência econômica, pois distribuição de renda afeta o crescimento econômico (FILHO e BUAINAIN, 2011, p. 14).

Se por um lado o desenvolvimento econômico e social dos beneficiados pelas políticas públicas rurais possibilita o desenvolvimento local, por outro lado GEHLEN (2004) enfatiza que:

O desenvolvimento local resulta da potencialização da participação dos beneficiários, através de iniciativas comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas. Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural ou também chamado capital social. Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento. Este é o cenário em que políticas públicas de desenvolvimento se fundem com o social para valorizar as diferenças e conquistar qualidade de vida e ambientes sustentáveis (GEHLEN, 2004, p.102).

O desenvolvimento das famílias camponesas contribui de forma satisfatória para o desenvolvimento urbano local, pois parte dos produtos é comercializado no mercado local, o que gera uma renda com a qual os mesmos adquirem produtos manufaturados e industrializados, ocorrendo uma movimentação econômica.

Podemos observar com o PIB (Produto Interno Bruto) da Agropecuária (refere-se ao valor de tudo que é produzido pelas atividades

primárias da agropecuária) que é um indicador importante para o desenvolvimento do Brasil. Em 2013, representou 4,85% do PIB brasileiro, maior taxa de crescimento desde 1995, somando R\$ 234,6 bilhões (Ministério da Agricultura, 2014).

A agricultura está intimamente ligada ao desenvolvimento do país; desde modo não se pode deixar de pensar Políticas Públicas que contribuam no fortalecimento da agricultura, bem como, na manutenção dos pequenos produtores. O desenvolvimento agrícola possibilita o desenvolvimento econômico do país, podendo ainda estar atrelado ao desenvolvimento social, com a adoção de políticas públicas de incentivo à pequena produção.

3.3 SUBPROGRAMA VILAS RURAIS

Com a crescente crise do sistema capitalista de produção, a introdução da política neoliberal e a reestruturação da economia no país, os que mais sofreram as consequências foram os trabalhadores, devido ao crescente quadro de desemprego e o desmonte do Estado. Frente a este quadro, vieram os acordos internacionais voltados à resolução das novas configurações da “questão social”. O Estado, com intuito de mediar esses conflitos, começa a criar Políticas Públicas votadas aos ajustes fiscais e às vulnerabilidades sociais.

No Estado do Paraná essas ações governamentais não foram diferentes, principalmente as voltadas à agricultura, devido a sua economia produtiva girar em torno de seus produtos.

Em 1995 como proposta política de descentralização do Estado feita pelo então governador Jaime Lerner, como alternativa de minimizar o agravamento da “questão social” no campo, estas advindas da expulsão dos camponeses da zona rural que passaram a viver no espaço urbano, em regiões periféricas com alta taxa de vulnerabilidade social, surge a proposta de formação das Vilas Rurais como estratégia de desenvolvimento Rural (ESSER, 2005).

Segundo Esser (2005), no ano de 1995 foi criada a Política Pública, “Programa de Melhoria de Qualidade Vida do Trabalhador Rural – Subprograma Vilas Rurais”, tendo como público alvo o trabalhador rural volante.

Para a efetivação do programa, o Estado fez diversas parcerias com secretarias e Municípios, tendo como fonte de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e, em 1998 passou a contar como parceiro, o Banco internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

As secretárias do Estado que fizeram parte do programa, foram: SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento); EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural); COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná); CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná); SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná); COPEL (Companhia Paranaense de Energia); SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família); SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho); SEED (Secretaria de Estado de Educação); SESA (Secretaria de Estado da Saúde); SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental); e IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Constata-se que apesar de apresentar-se como política pública rural, o subprograma, em sua descrição contempla outras questões sociais emergentes no período, como por exemplo: a habitação. Isto se constata por apresentar por critérios de seleção dos beneficiados: ser trabalhador rural volante (boia-fria); ter experiência agropecuária; possuir idade máxima de 55 anos; ser morador do município há pelo menos dois anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação; ter família constituída com filhos; averigua-se que a questão habitacional está explícita nos seguintes itens acima citados: não possuir imóvel e residiu em sub-habitação.

O subprograma, em parceria com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), determinou que os lotes seriam de 5000 m²; quanto as casas, essas deveriam ser dignas de moradia, construídas de alvenaria, com

44,56 m² e possuírem infraestrutura mínima de água encanada, energia elétrica e sistema sanitário.

Ponte (2003) observa que sendo a maioria dos beneficiários proveniente da cidade, terem algum contato com meio rural, algumas Vilas Rurais localizarem próxima à cidade, de modo a facilitar o acesso à saúde, educação, a bens de serviços, entre outros, pode se constatar que o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, subprograma Vilas Rurais, foi uma exclusividade do governo do Paraná, em busca de resolver os problemas de desemprego, de migração da população para outros estados, e conseqüentemente de sanar alguma das questões sociais, emergente na década de 1990.

Diante deste contexto, evidencia-se que o poder público incluiu no subprograma Vila Rural, uma política de habitação para aqueles que se encontravam na zona urbana em situação de risco, ou seja, indivíduos atingidos por diversas expressões da “questão social” e, portanto, que tinham seus direitos violados.

Segundo o caderno de Avaliação da Atividade Vilas Rurais - Síntese Estadual e Macrorregional (2000), o Programa conseguiu implantar 405 Vilas Rurais, com 15.590 unidades residenciais. Na macrorregião norte do Estado, segundo as divisões técnicas da EMATER, encontra-se localizado a Vila Rural do Município de Ivaiporã.

Os quadros a seguir, fornecem dados importantes da macrorregião norte para análise do subprograma Vilas Rurais referentes ao ano de 1999, no qual está localizada a Vila Rural Ivainópolis.

Motivos de adesão à atividade vilas rurais declarados pelos beneficiários da macrorregião norte do Paraná.

Tabela 1

MOTIVOS DE ADESÃO DO BENEFICIÁRIO À ATIVIDADE VILAS RURAIS	PROPORÇÃO (%)
Oportunidade de possuir lote de terra com moradia	92,2

Perda do acesso à terra em que trabalhava	2,0
Apenas pela casa	2,6

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/EMATER-PR

Distribuição da renda salarial familiar per capita entre os moradores das vilas rurais da macrorregião norte do Paraná:

Tabela 2

RENDA SALARIAL FAMILIAR PER CAPITA (US\$/mês/pessoa)	FREQÜÊNCIA (%) Simples	FREQÜÊNCIA (%) Acumulada
Menos de 30	37,9	37,9
De 30,00 a menos de 60,00	39,9	77,8
De 60,00 a menos de 90,00	13,1	90,8
De 90,00 a menos de 120,00	2,6	93,5
120,00 e mais	0,7	94,1

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/EMATER-PR

Distribuição das famílias segundo o tipo de atividade principal dos membros ativos, nas vilas rurais da macrorregião norte do Paraná:

Tabela 3

TIPOS DE ATIVIDADE PRINCIPAL	FAMÍLIAS (%)
Agrícola	58,8
Pluriativa	26,8
Não agrícola	12,4
Desempregados	1,3
Inativos	0,7
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/EMATER-PR

Podemos verificar a partir dos dados obtidos, que o subprograma Vila Rural voltou-se para atender famílias que apresentavam renda mensal baixa, ou seja, viviam em situação de vulnerabilidade social e que tinham o desejo de desenvolver produção agrícola, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos beneficiados, e o desenvolvimento social do Estado do Paraná, visando a minimização das diversas expressões da questão social existentes.

CAPÍTULO III

VILA RURAL IVAINÓPOLIS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ/PR

O município de Ivaiporã, no qual foi implantado a Vila Rural Ivainópolis, localiza-se no Estado Paraná, pertencendo à Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, Microrregião Geográfica de Ivaiporã (IBGE).

O referido município foi criado em 1951 pela Lei Estadual nº 790 como distrito do município de Manoel Ribas, denominado de Ivainópolis. Em 1995, com a Lei Estadual nº 2429, passa a ser denominado de Ivaiporã e em 1960 se desmembra de Manoel Ribas e passa à categoria de município de acordo com a Lei Estadual de 13 de agosto de 1960 (IBGE, censo 2010).

Sua área territorial é de 434,662 km², abrangendo atualmente quatro distritos administrativos, os quais: Ivaiporã, Alto Porã, Jacutinga e Santa Bárbara (IBGE, Censo 2010).

Segundo apresentação da Prefeitura Municipal em seu site oficial²⁴, Ivaiporã é considerada cidade polo e sede administrativa do Vale do Ivaí, composta por quinze municípios considerados de pequeno porte.

O município tem como gentílico Ivaiporãense. Conta com uma população estimada em 31.816 habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE. No que se refere à população urbana, esta soma um total de 27.438 habitantes e a população rural totaliza 4.378 habitantes.

Com relação aos dados de emprego, no ano de 2010, o município possuía uma População Economicamente Ativa (PEA) de 16.966 pessoas, sendo que 15.981 ocupavam algum posto de trabalho nas várias atividades econômicas. Ressalta-se que o comércio varejista é o grande empregador.

Quanto à renda da população, o valor do rendimento médio domiciliar per capita é de R\$ 653,73. Com IDHM-Renda de 0,673 e IDH-M

²⁴ Acesso em: 12/09/2015. Disponível em: <http://ivaipora.org/>

(Geral) 0,764, o município ocupa a posição 107 no Estado e, a 1.481 no Brasil, conforme relatório do IPARDES (2009). Com relação à taxa de pobreza, em 2009 o município registrava um percentual de 39,81%.

Devemos salientar que na década de 1990, período em que o subprograma Vilas Rurais foi implantado no Município, os indicadores socioeconômicos eram alarmantes em relação à situação de vulnerabilidade social.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²⁵:

A renda per capita média de Ivaiporã cresceu 129,12% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 290,99, em 1991, para R\$ 440,86, em 2000, e para R\$ 666,73, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,46%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,72%, entre 1991 e 2000, e 4,22%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 42,50%, em 1991, para 25,55%, em 2000, e para 9,58%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,55, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,48, em 2010.

O mesmo aponta, pelos seus indicadores, que no ano de 1991 a porcentagem de pessoas em situação de extrema pobreza era de 17,61%, em 2000 de 8,64% e em 2010 de 2,01%. Já as pessoas em situação de pobreza no ano de 1991 era de 42,50%, em 2000 de 25,55% e em 2010 de 9,58%.

Podemos perceber que na última década os indicadores apontaram uma melhora na situação socioeconômica dos moradores do município, o que contribuiu para a queda da situação de vulnerabilidade social dos cidadãos.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VILA RURAL IVAINÓPOLIS

A Vila Rural Ivainópolis localizada no Estado do Paraná, no município de Ivaiporã, pertence à zona rural, disto a aproximadamente 8 Km da

²⁵ Acesso em: 04/10/2015. Disponível em:
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ivaipora_pr

zona urbana; foi inaugurada no dia quatro de agosto de mil novecentos e noventa e oito e, perfaz um total de setenta lotes.

Para a construção, execução e efetivação da referida Vila Rural, foram criadas leis para financiamento e atendimento dos futuros beneficiários do subprograma, pelo poder legislativo municipal.

A primeira Lei Municipal foi a de nº 9994 do ano de 1996, que autorizava o poder executivo a realizar convênio de Operação de Crédito com o Banco do Estado do Paraná S/A, para execução do Programa Vilas Rurais. Podemos destacar alguns artigos de maior relevância da referida Lei, no que tange a informações sobre o convênio.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Operação de Crédito até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., na qualidade de agente financeiro, pelo prazo de 30 (trinta) meses, à taxa de juros de 0,5 % a.a. e correção monetária com a aplicação de taxa referencial – TR, ou outro índice oficial que a substituir.

Art. 3º - Os recursos advindos da Operação de crédito aprovada por esta Lei serão aplicados na aquisição de terrenos, os quais serão doados à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e destinado à implantação do Programa Vilas Rurais.

Art. 8º - Para cumprimento dos objetivos do programa Vilas Rurais, fica ainda autorizada a formalização de convênios, com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para o custeio suplementar necessário para a aquisição dos terrenos e execução das obras/serviços do Programa Vila Rural.

Em 1997 foi criada a Lei Nº 999, que “concede a isenção das Taxas de Alvará de Autônomo – Pedreiro, aos trabalhadores que executam serviços para o programa Vila Rural”, explicitada no seguinte artigo:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento das Taxas para retirada de Alvará de Autônomo – pedreiro, bem como o ISS – Imposto Sobre Serviços, os trabalhadores que já executam, exclusivamente, serviços para os Programas “Vilas Rurais” e “Desfavelamento”, no município de Ivaiporã.

Parágrafo Único – Os alvarás emitidos com a isenção prevista neste artigo terão validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua expedição (IVAPORÃ, 1997).

Consideramos essas leis, como marcos na criação da Vila Rural Ivainópolis por evidenciar a parceria entre o Estado do Paraná e o Município de Ivaiporã, para execução da referida Política Pública, como proposto pelo subprograma.

Posteriormente ao processo de execução e implantação do subprograma no município e já com seus beneficiários morando em seus respectivos lotes, foi criada uma Associação de Moradores, com o auxílio da equipe técnica da EMATER, para que essa população pudesse se organizar coletivamente e buscar por melhores condições de vida, como por exemplo: produções agrícolas coletivas; criação de cooperativa; solucionar problemas estruturais coletivos, entre outros.

A Associação dos Moradores da Vila Rural Ivainópolis foi fundada em 26 de setembro de 1998, sendo composta pelos seguintes membros e seus respectivos cargos, conforme ata da própria associação: Presidente – Servino Vaz; Vice Presidente – Paulo Cristêncio Filho; Primeiro Secretário – José Gonçalves da Silva Filho; Segundo Secretário – Moacir Pereira; Primeiro Tesoureiro – Aparecida da Luz L. Godinho; Segundo Tesoureiro – Milton Teófelo de Lima; Conselho Fiscal – Silvia de Almeida, Irene dos Santos e Luzia Moreira da Silva; Conselho Representante – Vago.

De acordo com as falas dos moradores, ressalta-se que no período de 1988 a 2002 a EMATER, realizava o acompanhamento dessas famílias no desenvolvimento de ações coletivas, para o desenvolvimento desta localidade.

E2: A EMATER, nem a SEAB, e nem a prefeitura não estão dando assistência nenhuma aqui não, só foi no início da vila.

Conforme relatado pelos entrevistados, a atual estrutura física coletiva da Vila Rural é composta de um posto de saúde, o barracão da Associação de Moradores, uma academia ao ar livre e uma quadra esportiva em construção.

E1: Tem o posto de saúde, que tem médico todas as quinta-feira, que faz as consultinhas, e tem a Maria e a Lucia que dão assistência aqui, que vem a semana inteira, chega oito horas e vão embora umas quatro horas. Tem o salão comunitário que serve para fazer uma reunião, uma festa, um evento, um aniversário. Tem a quadra que já faz uns oito anos, já veio uns dois prefeitos, e até hoje não terminou. O Mario Jorge veio falar que amanhã ia fazer o terreno, só porque no outro dia, ia amanhecer chovendo, e sumiu de novo . E aquela academia ali.

A seguir segue imagens recentes da Vila Rural Ivainópolis:



Imagem 1: Associação dos Moradores da Vila Rural Ivainópolis.



Imagem 2: Posto de Saúde da Vila Rural Ivainópolis.



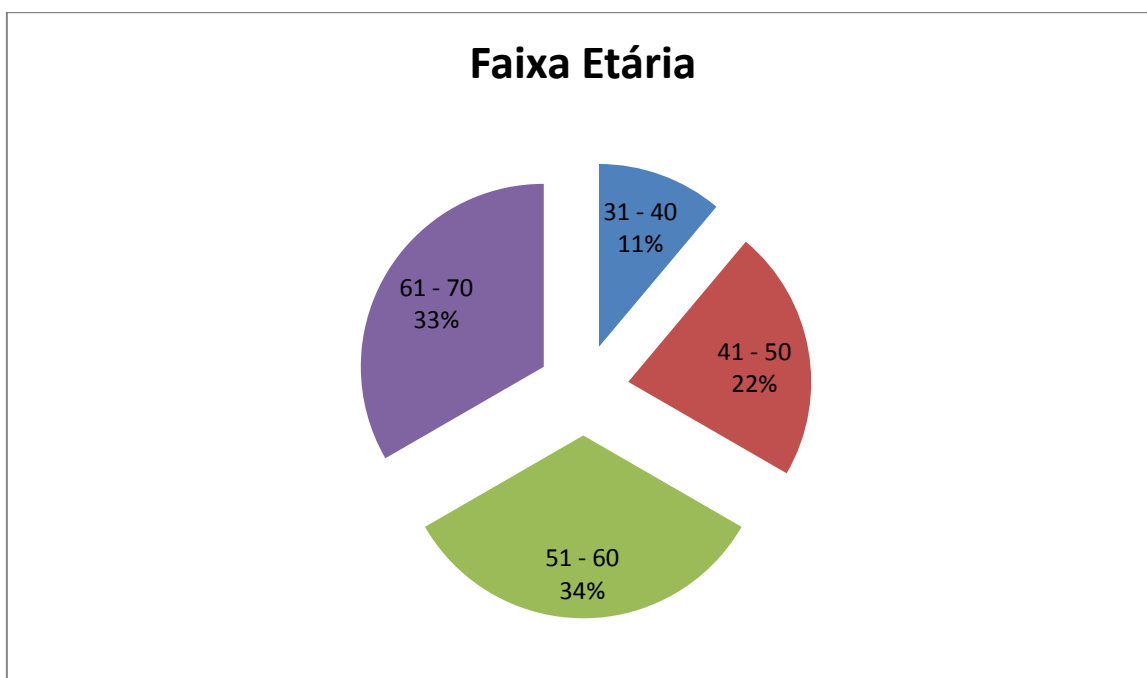
Imagem 3: Entrada da Vila Rural Ivainópolis.

4.3 ANÁLISES E REFLEXÕES ACERCA DA VILA RURAL IVAINÓPOLIS: PONTOS E CONTRAPONTO

Após explanar sobre a relevância da terra, políticas públicas agrárias e especificamente sobre o subprograma Vilas Rurais, apresentamos o perfil dos moradores, após 17 anos de implantação, para posteriormente, refletir sobre os dados levantados na pesquisa de campo na Vila Rural Ivainópolis.

A faixa etária dos moradores varia entre 31 anos a 80 anos, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

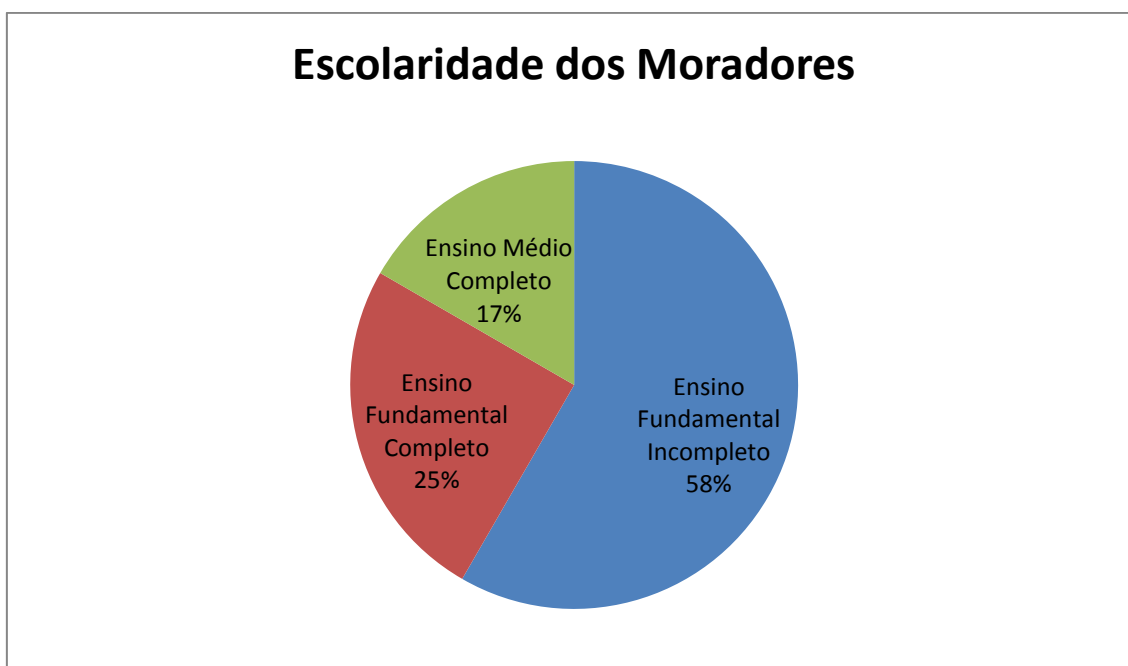
Gráfico 1



Fonte: o próprio autor

Outro dado levantado é a situação de escolaridade dos moradores, sendo que estes, em sua maioria, apenas possui ensino fundamental, como vamos poder observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2

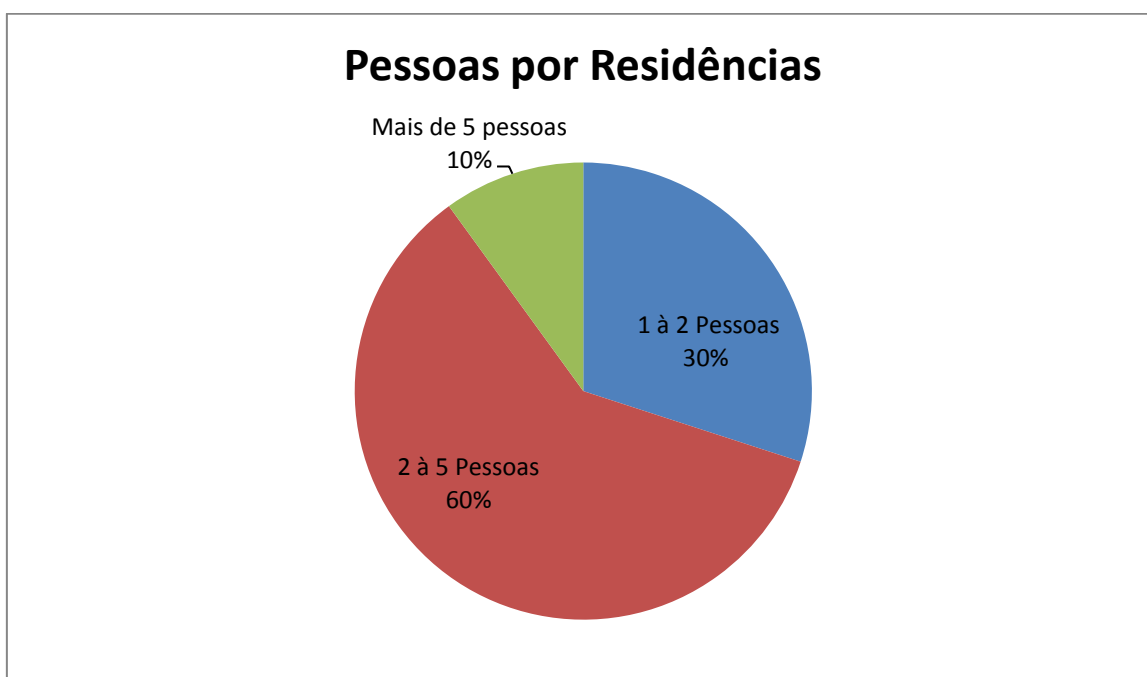


Fonte: o próprio autor

Este dado evidencia uma ausência de políticas públicas voltadas à educação de adultos no meio rural, pois como podemos observar, a maioria dos membros das famílias não possuem o ensino médio completo.

Em relação à quantidade de moradores por residência, pode-se observar no gráfico abaixo, que atualmente as famílias são compostas por um número consideravelmente reduzido de pessoas.

Gráfico 3



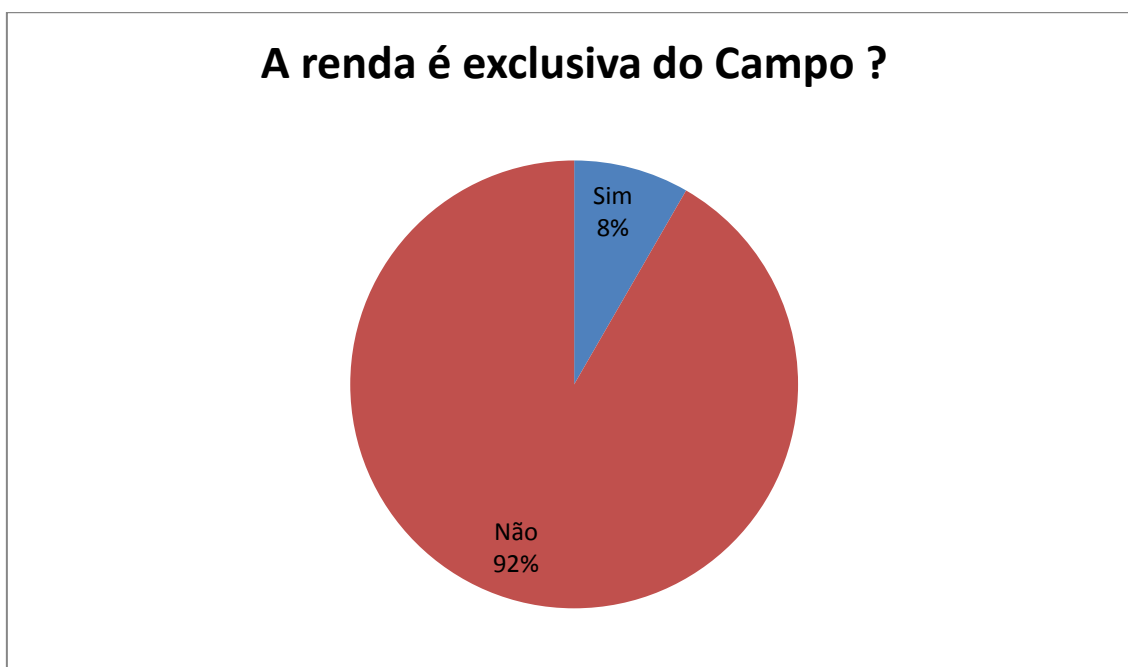
Fonte: o próprio autor

Outro fator a ser considerado, é que as famílias não conseguem sobreviver exclusivamente com a renda da produção agrícola, como é possível observar no gráfico quatro, a seguir.

Todas as famílias afirmaram desenvolver alguma atividade agrícola voltada, na maioria das vezes, para a sua subsistência e/ou para comercialização. Exemplo de produtos produzidos: café, milho feijão, uva, banana.

Quando questionado sobre a fonte de renda familiar, a maioria afirma não conseguir sobreviver exclusivamente de sua produção agrícola, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4



Fonte: o próprio autor

Este fato pode ser constatado por meio de outro questionamento, o qual refere-se as outras fontes de renda da família. Como forma de complementação de renda, 69% possuem membros familiares trabalhando na zona urbana e 31% possuem familiares que vendem sua força de trabalho para outros agricultores.

Quanto aos presidentes (anterior e atual) da associação de moradores, sendo questionados sobre o recebimento de assistência técnica voltada à produção agrícola, estes afirmaram que já faz algum tempo que não a recebem. Veja suas falas.

E1: A EMATER não está dando mais assistência (...) antes fazia reunião com nós, tipo de veneno para produzir natural, para passar, ia na casa de um, num mês na casa do outro, depois a gente se reunia, fazia um evento com um salgadinho, era gostoso naquele tempo.

E2: A EMATER, nem a SEAB, e nem a prefeitura não estão dando assistência nenhuma aqui não.

Quando questionados sobre a relação da associação dos moradores, com o poder público local, com a solicitação de possíveis ações na Vila Rural, suas respostas foram:

E1: O prefeito recebe a gente muito bem. Não vai todo mundo, vai uns dez, que é o pessoal da diretoria, mas recebe a gente muito bem.

E2: A relação nossa aqui, com a prefeitura lá é razoável, é boa. Tem umas coisas que a gente pede que é meio demorado, porque eles alega que o município é muito grande e eles não tem estrutura adequada para poder atender todo mundo.

Após 2002 fica evidente a ausência de ações do poder público na fomentação da produção agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar, quando terminou o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural.

Quando questionados se participam de algum programa do governo Federal, Estadual ou Municipal, tendo como exemplo o Programa da Compra Direta da Agricultura Familiar²⁶, a resposta obtida é que nenhuma família participa de qualquer programa.

Apesar dos entrevistados se denominarem agricultores familiares, é notório o desconhecimento dos mesmos em relação a este segmento e ao seu caráter político.

Podemos observar com a pesquisa algumas das razões de as famílias terem participado do subprograma. A partir dos dados levantados, duas situações se destacam, sendo uma a questão habitacional e a outra a propriedade de terra. Segue algumas das respostas e gráfico a seguir.

Q1 – Foi para ter uma terra nossa, que antes morava na terra dos outros.

Q4 – Vim por causa de ter uma casa, e não precisar pagar aluguel.

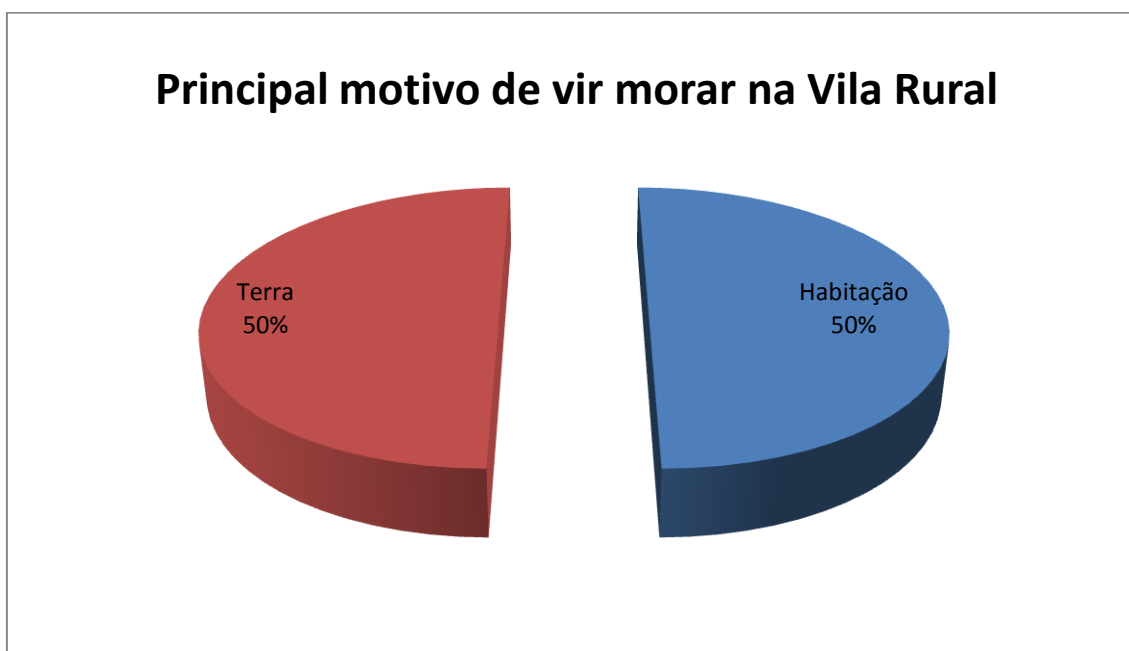
Q6- O aluguel era alto na cidade.

Q8- Morava na propriedade dos outros, agora moro na minha.

Q9- Para ter uma propriedade e uma casa para morar.

²⁶ A Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF é um instrumento do Programa da Aquisição de Alimentos - PAA, tendo por finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 07/02/2007 - extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (CONAB).

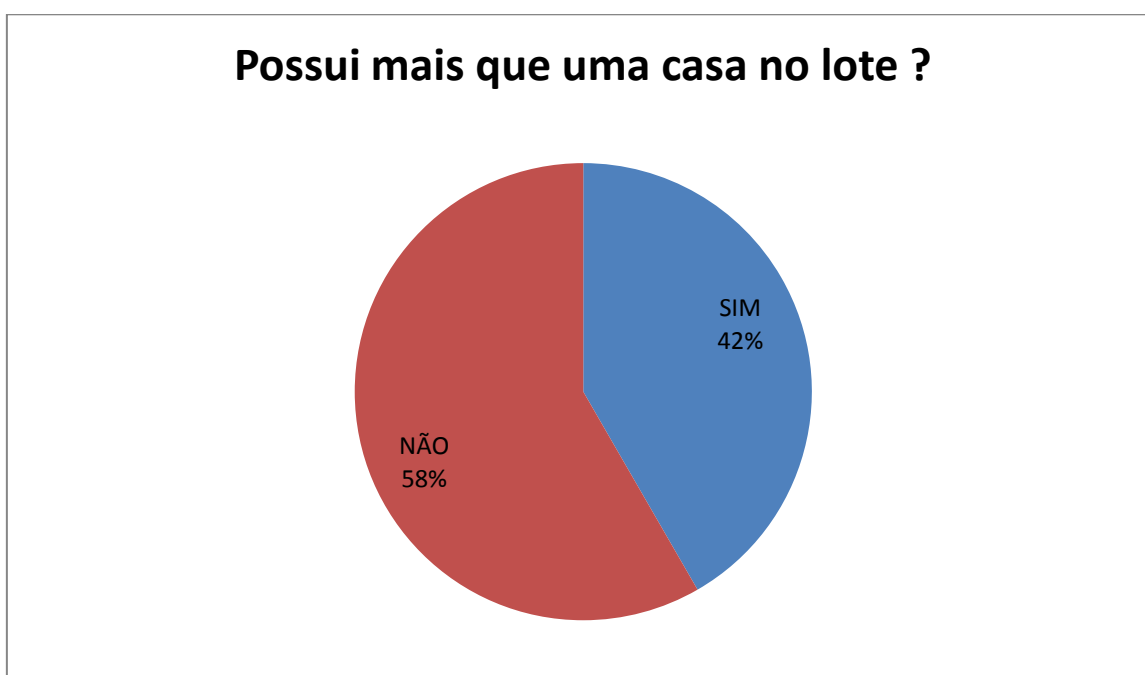
Gráfico 5



Fonte: o próprio autor

Considerando esse fator habitacional, outra questão relevante refere-se ao número de casas por lote; observa-se que houve um crescente aumento de residências por lote. Ressalta-se que cada lote possuía apenas uma residência. Podemos verificar as respostas dos moradores no gráfico abaixo:

Gráfico 6

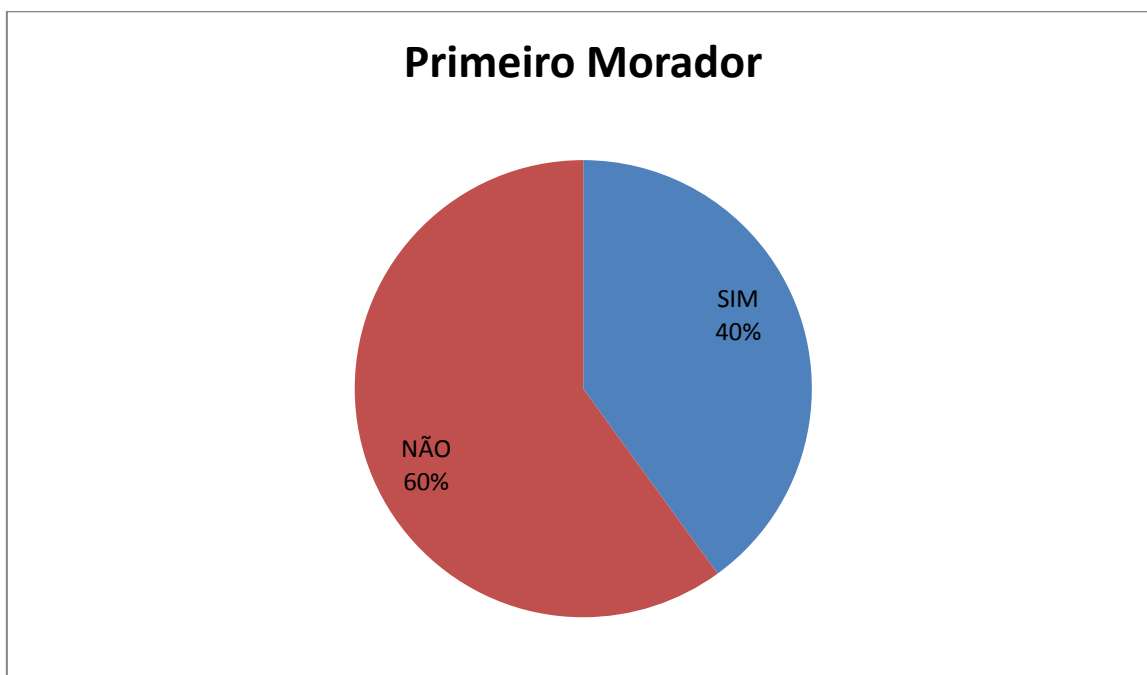


Fonte: o próprio autor

Quando questionados onde moravam anteriormente à Vila Rural, 67% responderam que já moravam no campo e 33% residiam na zona urbana.

De acordo com os dados da COHAPAR, atualmente 62% dos moradores não é o primeiro morador do seu lote, como vamos observar no gráfico abaixo. Isso demonstra uma fragilidade do subprograma em relação ao monitoramento e avaliação da referida política. Os contemplados não permaneceram em seus respectivos lotes, mas realizaram a venda do lote para pessoas que não necessariamente precisaram atender aos critérios do subprograma.

Gráfico 7



Fonte: o próprio autor

Diante deste dado, outra questão que pode ser levantada é se os novos moradores realizam produções agrícolas, considerando que este subprograma é uma política pública, que tinha como um de seus objetivos o fortalecimento de pequenas produções agrícolas.

Em relação à participação coletiva dos moradores, principalmente a fomentada pela Associação de Moradores, identificamos uma dificuldade nessa articulação. A fala de um dos presidentes entrevistados deixa

evidente algumas tentativas de desenvolver coletivamente algumas atividades; elas podem ser compreendidas como estímulo ao desenvolvimento da pluriatividade.

E1: Na época que fui presidente, primeiro foi o corte e costura, a gente rodou muitas vezes na cidade atrás de corte e costura, aí veio os professores da cidade para dar aula, até emprestei aquela máquina ali. Aí oito mulheres se formaram, aí veio o prefeito, que falou quando as mulheres pegassem o certificado, ia fazer barracão e arrumar umas máquinas, para as mulheres trabalhar aqui e daí levar os produtos, as roupas para a cidade né. Só que precisa de uma mulher para tomar conta das outras, aí procuramos e nenhuma quis. Então eu perdi minhas viagens e acabou tudo em nada. Depois veio outra na época do Zé balão, acho que é Adriana, que faz parte dessa compra direta, para ver uma cozinha comunitária e duas hortas comunitárias, aí ganhamos duas horta comunitária e uma cozinha comunitária, aí o Zé balão me chamou na cidade para ver lá, para ver o povo que ia se encarregado de tudo aí, porque a gente que é presidente não pode tomar conta de tudo né. Só que na cozinha comunitária era parte das mulheres né, aí vinha tudo, de modo a fazer, bolachinha, bolo, biscoito, doce, conserva, tudo quanté coisa, vinha todos os implementos, não achou uma mulher para assumir. A horta comunitária a mesma coisa, que ficava ali perto da mina, que tinha que colocar uma bombinha, que é uma represa muito grande, para colocar a bombinha, que vinha encanamento tudo, para puxar a água, e ninguém quis. Aí eu falo para o pessoal da Vila Rural, que fica pedir as coisas, porque tudo que veio foi dispensado.

A fala do E1 nos faz refletir sobre o desconhecimento dos moradores sobre sua participação nas políticas públicas, bem como pelo não monitoramento dos órgãos públicos diante das falhas na execução do Subprograma Vilas Rurais.

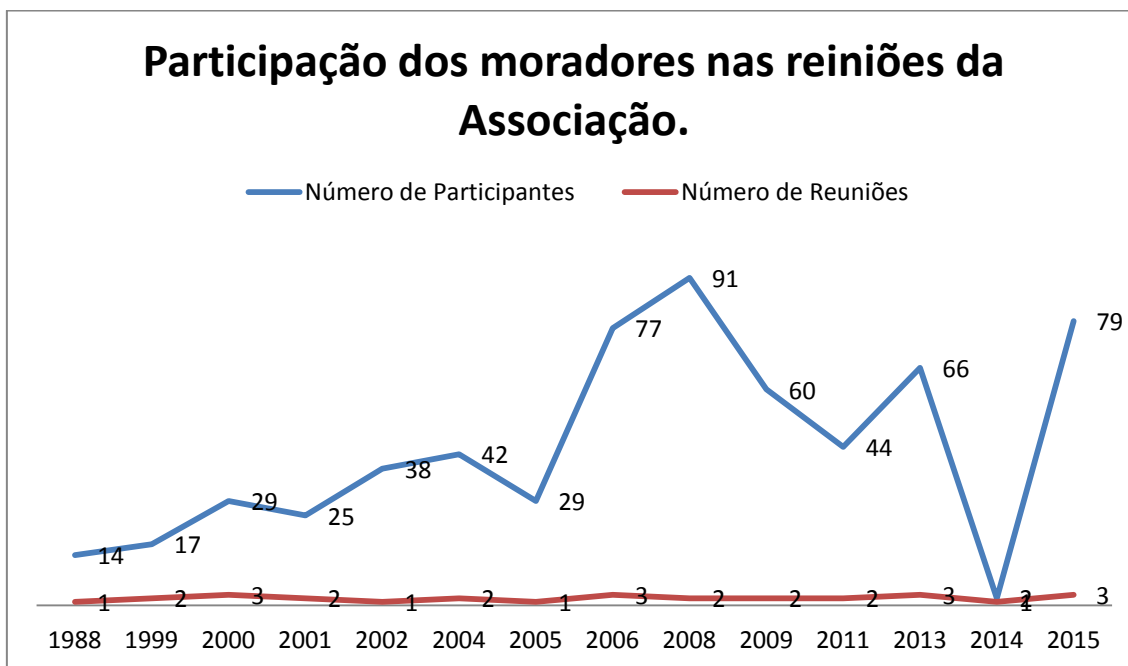
Ainda considerando a importância na participação dos moradores nas ações coletivas da V.L., os entrevistados em suas falas expõem as seguintes opiniões:

E1: Se fosse tudo unido seria uma coisa muito bacana, porque hoje você não caminha sozinho, você tem que caminhar em comunidade, caminhando em comunidade você tem força, sozinho você não tem força, então é muito importante quanto todo mundo aparece em reunião, e vamos em frente, vamos em frente, vamos pedir, vamos pedir.

E2: A importância de todos os sentidos é através do povo né, sem a participação do povo não tem como trabalhar.

Outro dado que evidencia esse desinteresse de participação encontra-se na regularidade das reuniões da associação de moradores, uma vez que as mesmas ocorrerem em média apenas duas vezes por ano e, conta com um número reduzido de participantes. Esse dado pode ser constatado no livro ata disponibilizado para o pesquisador. O gráfico abaixo apresenta os dados.

Gráfico 8



Fonte: o próprio autor

Um dado interessante que constata, no gráfico 8, é um crescimento no número de participantes nas reuniões a partir de 2006, período este que já havia encerrado o subprograma. Pensamos que isso possa estar relacionado ao aumento de número de moradores por causa de novas residências no mesmo lote, bem como devido ao problema na distribuição de água na Vila Rural.

Com a leitura do livro ata da associação de moradores, pode-se constatar que o problema que os moradores vêm enfrentando é o funcionamento indevido da bomba de água, que faz a distribuição para a comunidade. Este problema poderia ser resolvido com a organização coletiva dos moradores, acionando o poder público ou de forma provisória com o pagamento da taxa de água, pois isto é uma questão de saneamento básico.

A seguir, a fala do presidente, explicita este problema vivenciado pela Vila Rural:

E1: Aqui comparece na reunião quem é honesto, aquele que é desonesto, que não paga a taxa da água, esse nunca vem na reunião, fica latindo por fora, apedrejando, mais convoca a reunião, não aparece de jeito nenhum (...).

Essa não participação no âmbito coletivo pode demonstrar uma ausência e/ou desconhecimento por parte dos moradores dos espaços que podem contribuir na garantia e efetivação de seus direitos e no processo de empoderamento como cidadão, além de colaborar significativamente com a formação política.

Como mencionado no capítulo anterior e considerando a avaliação como uma parte importante na realização de uma Política Pública é de suma importância apresentar as respostas dos moradores, quando questionados sobre a mesma, vejamos:

Q1- É muito bom, porque agora a gente tem nossa terrinha.

Q3- É bom, porque se não estaria trabalhando para os outros.

Q5- É uma localização boa. É importante ter uma moradia pelo governo.

Q6- A vila é importante por causa da casa.

Q8- Importante, da para gente fazer uma renda.

Q9- É bom, este é um meio de acolher famílias que não tem onde morar.

Fica explícita novamente a questão habitacional e a propriedade da terra como dois fatores, que de forma qualitativa e/ou quantitativa tornaram o subprograma satisfatório para os beneficiados.

As respostas do antigo e do atual presidente da associação dos moradores da Vila Rural Ivainópolis, em relação à avaliação do subprograma, também foram positivas, como pode ser observado a seguir:

E1: A melhor coisa do mundo que foi feita, foi a tal da Vila Rural, para quem gosta de trabalhar, para gente que não pode comprar uma terra, é uma moradia pequena, mas que dá para despesas e da para trabalhar para fora, mas se souber trabalhar nela da para sobreviver.

E2: Para nós foi importante, só que poderia ter sido melhor se houvesse uma participação das outras autoridades juntos.

A partir das falas dos entrevistados é possível identificarmos uma maior criticidade na avaliação, apontando uma ausência de ações do poder público e a redução da desigualdade social.

O Estado, enquanto promotor de diversas políticas públicas, independente de seu segmento, deveria desenvolver um acompanhamento, bem como realizar avaliação periódica. Consequentemente, o subprograma tornou-se uma política frágil, pontual, precarizada e não obteve o êxito esperado, possibilitando a inserção de moradores que não necessariamente passaram critérios legibilidade, além de não promover a cidadania.

No entanto, de acordo com avaliação dos moradores da Vila Rural Ivainópolis, constatamos que algumas das expressões da questão social²⁷, como por exemplo, moradia e um lote para a produção agrícola, foram atendidas pelo Subprograma, promovendo uma melhoria na qualidade de vida e uma ascensão socioeconômica dos mesmos.

²⁷ O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

5 CONCLUSÃO

Diante das discussões teóricas apresentadas, bem como com os dados obtidos na pesquisa empírica, podemos constatar que a Vila Rural Ivainópolis é resultado de uma política de Melhoria de Qualidade de Vida do trabalhador Rural, subprograma Vilas Rurais. Apresentamos a seguir algumas considerações em relação aos impactos econômicos e sociais para os moradores.

Em relação à terra como propriedade privada e as contradições que perpassam a mesma, constata-se que sua distribuição, por meio do subprograma, possibilitou alternativas de sobrevivência aos moradores, podendo ser considerado tanto um mecanismo de reforma agrária quanto de atendimento a algumas das expressões da questão social vivenciada pela população atendida.

Em relação à melhoria na qualidade de vida dos moradores da Vila Rural Ivainópolis, constatou-se que o mesmo supriu necessidades básicas das famílias assim como a questão habitacional. Mas essa melhoria poderia possibilitar melhores condições aos moradores, sem que os mesmos tivessem que complementar sua renda, trabalhando na zona urbana e/ou vendendo sua mão de obra a outros proprietários rurais. Essa ação poderia ser realizada por meio de um acompanhamento e incentivo técnico, pelos órgãos competentes do Estado.

O monitoramento e a avaliação das políticas públicas executadas pelo Estado são de extrema importância para que as ações não se tornem pontuais, descontínuas, bem como não atendam aos anseios da população atendida.

Ressalta-se que as políticas públicas, além de executarem suas ações pontuais e possibilitar uma melhoria socioeconômica, devem contribuir de maneira significativa na formação de cidadãos, para que sejam capazes de entender seu papel social em uma sociedade democrática.

Deste modo, concluímos que os impactos econômicos e sociais para os moradores da Vila Rural Ivainópolis no município de Ivaiporã,

conforme os dados apresentados nos levam a refletir que o Subprograma Vilas Rurais deveria ter tido continuidade e/ou ter sido substituído por outro programa mesmo deveria ser criado outros programas com a mesma perspectiva, mesmo apresentando falhas no subprograma no decorrer de sua execução. O subprograma proporcionou aspectos relevantes mais especificamente na melhoria da qualidade de vida dos moradores da Vila Rural Ivainópolis, possibilitando uma renda mesmo que mínima através da produção agrícola, assim como ter possibilitado moradia própria aos seus participantes.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CEPÊDA, Vera Alves. **O pensamento político de Celso Furtado – desenvolvimento e democracia**. In A grande esperança de Celso Furtado (organização Bresser- Pereira; José Márcio Rego). São Paulo: Editora 34, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?**. 4º Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1088&t=2>. Acesso em: 19 de set. 2015.

EMATER. Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2015.

ESSER, Jovir Vicentini. **Vilas Rurais: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes**. Dissertação de mestrado. Toledo, PR: UNIOESTE, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimento_territorial.pdf. Acessado em: 10 set. 2015.

FILHO, Hildo Meirelles de; BUAINAIN, Antônio Márcio. **Economia Agrícola**. São Carlos: EdUFSCAR, 2011.

FURTADO, Celso. **Os desafios das novas gerações**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e Desenvolvimento social rural**. São Paulo Perspec. vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação**

profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18 set. 2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso 21 de set. 2015.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social –
Avaliação da atividade vilas rurais – síntese regional e macrorregional.
Curitiba:IPARDES, 2000.

IVAIPORÃ. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://ivaipora.org/>. Acesso em:
18 set. 2015.

IVAIPORÃ. Lei n. 944, de 18 de junho de 1996. Autoriza o Chefe do Executivo a
contratar Operação de Crédito com o Banco do Estado do Paraná S.A., para
execução do Programa Vilas Rurais, e dá outras providências. Disponível em:
no ofício nº 116/2015.

IVAIPORÃ. Lei n. 999, de 21 de outubro de 1997. Concede isenção das Taxas de
Alvará de Autônomo – Pedreiro, aos trabalhadores do Programa “Vilas Rurais”,
no município de Ivaiporã. Disponível em: no ofício nº 116/2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial,
1980.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo:
Instituto Lukács, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.**
7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis
– RJ: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital crítica da economia política – livro terceiro O
progresso global da produção capitalista.** Volume 4ª edição. São Paulo:
Difusão editorial, 1985.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2015.

PONTE, Karina F. **Programa Vila Rural. Uma alternativa no assentamento
da população de origem rural. O caso da Vila Rural Taquara do Reino de
Ibiporã-Pr.** Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de
Geociências, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2002.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na Agricultura familiar**. 2º Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2015.

SOTO, Willian Héctor Gómez. **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O “MUNDO RURAL” NO BRASIL**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. **"Celso Furtado"**. *Estudos Avançados*, 347-362. 2001.

VALOR DE USO. In: BOTTOMORE; Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, p. 401.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada: **PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL:** impactos econômicos e sociais aos moradores da Vila Rural Ivainópolis no município de Ivaiporã\PR., orientada pelo Prof^a. Dra. Elizete Conceição. Refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso que compõe a grade curricular do Curso Serviço Social, junto a Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí. O objetivo da pesquisa é Identificar o alcance do Programa de Melhoria de Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, como promotor de inclusão econômica e social aos camponeses da Vila Rural Ivainópolis, município de Ivaiporã-PR. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: mediante sua autorização, será aplicado um questionário contendo perguntas pertinentes a temática; as informações fornecidas serão registradas no próprio questionário e à caneta. Informamos que caso ocorrer certos desconfortos no momento de resposta, será, por mim orientado a deixar a pergunta para depois e\ou até deixa-la sem resposta. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados são que os dados coletados por meio da referida pesquisa, auxiliem o poder público na formulação de políticas públicas, e no desenvolvimento de ações que propiciem melhoria da qualidade de vida dos camponeses. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo será preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu,.....

(nome por extenso do sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Elizete Conceição Silva.

IVAIPORÃ, _________

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, **Pedro Henrique Giroto Ribeiro** , declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Ivaiporã, _________

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Pedro Henrique Giroto Ribeiro

Endereço: Av. Paraíba, Nº 20, centro.

Telefone: (43) 9666 - 5974

e-mail: pedro_giroto@hotmail.com

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada: **PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR RURAL:** impactos econômicos e sociais aos moradores da Vila Rural Ivainópolis no município de Ivaiporã\PR., orientada pelo Prof^a. Dra. Elizete Conceição. Refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso que compõe a grade curricular do Curso Serviço Social, junto a Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí. O objetivo da pesquisa é Identificar o alcance do Programa de Melhoria de Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, como promotor de inclusão econômica e social aos camponeses da Vila Rural Ivainópolis, município de Ivaiporã-PR. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: mediante sua autorização, será aplicado um questionário contendo perguntas pertinentes a temática; as informações fornecidas serão registradas no próprio questionário e à caneta. Informamos que caso ocorrer certos desconfortos no momento de resposta, será, por mim orientado a deixar a pergunta para depois e\ou até deixa-la sem resposta. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados são que os dados coletados por meio da referida pesquisa, auxiliem o poder público na formulação de políticas públicas, e no desenvolvimento de ações que propiciem melhoria da qualidade de vida dos camponeses. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo será preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu,.....
(nome por extenso do sujeito de pesquisa) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Elizete Conceição Silva.

IVAIPORÃ, _________

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, **Pedro Henrique Giroto Ribeiro** , declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Ivaiporã, _________

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Pedro Henrique Giroto Ribeiro

Endereço: Av. Paraíba, Nº 20, centro.

Telefone: (43) 9666 - 5974

e-mail: pedro_girotto@hotmail.com

**ANEXO C
QUESTIONÁRIO**

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

1- Composição familiar:

Nome	Idade	Parentesco	Profissão

2- Antes de morar na vila rural, já era morava no Campo: () Não () Sim

3- A Quanto tempo mora na Vila Rural?

4- É o primeiro morador da Vila Rural? () Sim () Não

Se não:

5- Qual o valor que pagou para proprietário ?

6- Está legalizado em seu nome ? () Sim () Não

7- Ainda paga as prestações ? () Sim () Não

8- Por quanto tempo ?

9- Qual o Valor das Parcelas?

10- Possui mais que uma casa no lote? () Sim () Não

Se Sim:

11- Quantas famílias residem no lote?

12- Qual foi a principal razão ter vindo morar na Vila Rural?

13- Participa de algum Programa ou projeto do Governo Federal, Estadual ou Municipal?

() Não () Sim --- Qual?

14- Considera-se um Agricultor Familiar: () Não () Sim

15- Desenvolve alguma atividade agrícola: () Não () Sim

Qual?

16 - Qual a renda mensal da família ?

17- A renda é exclusiva do Campo: () Não () Sim
Qual são as outras fontes de Renda ?

18- Tem acesso a serviços públicos (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Lazer, entre outros) ? () Não () Sim
Quais?

19 -Qual a avaliação que faz sobre a sobre o subprograma Vila Rural?

20 - Você tem conhecimento que a Vila Rural foi um subprograma de uma política estadual, para atendimento aos trabalhadores volantes do campo?
() Sim () Não

ANEXO D
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

1- Por quanto tempo foi presidente da Associação dos Moradores?

2- Qual a atual composição da associação dos moradores (funções e nomes) ?

3- Quais ações já foram desenvolvidas pela associação e quais estão sendo executada no momento?

4- Qual é a estrutura física (coletiva) que compõe a Vila Rural?

5- Como é a participação dos moradores na Associação de Moradores?

6- Você acha importante a organização coletiva dos moradores? Por quê?

7- Qual a relação da associação de moradores com a Prefeitura Municipal de Ivaiporã ? As ações solicitadas são atendidas?

8- Em relação a assistência técnica para a produção dos produtos agrícolas, vocês possuem? Como vocês estão se organizando para retomada da mesma ?

9- Qual a avaliação que faz sobre o subprograma Vila Rural?

ANEXO E
PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Q1	
IDADE	71 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto
Q2	
IDADE	53 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Completo
Q3	
IDADE	57 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto
Q4	
IDADE	34 Anos
SEXO	Feminino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto
Q5	
IDADE	59 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto
Q6	
IDADE	45 Anos
SEXO	Feminino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Completo
Q7	
IDADE	63 Anos
SEXO	Feminino
ESTADO CIVIL	Viúva
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto
Q8	
IDADE	66 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto

Q9	
IDADE	62 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Completo

Q10	
IDADE	44 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Médio Completo

Q11	
IDADE	33 Anos
SEXO	Feminino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Médio Completo

Q12	
IDADE	35 Anos
SEXO	Feminino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Completo

E1	
IDADE	71 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Incompleto

E2	
IDADE	53 Anos
SEXO	Masculino
ESTADO CIVIL	Casado
ESCOLARIDADE	Ensino Fundamental Completo